

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Publicação do Ministério
da Previdência Social

Ano II, Nº 4, setembro-dezembro de 2012

Previdência redistribui renda e diminui a pobreza no País



Dois terços das cidades
brasileiras recebem mais
recursos da Previdência
Social que do Fundo
de Participação dos
Municípios (FPM).

**TEM SERVIÇOS DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL DISPONÍVEIS
NO SEU PRÓPRIO BANCO.**

Bem-vindo aos
serviços da
Previdência Social

Demonstrativo de pagamentos de

Declaração de rendimento



benefícios

mentos do IR

Ministério da
Previdência Social

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



Regime Geral No resultado agregado dos seis primeiros meses deste ano, a Previdência registrou uma arrecadação líquida total de R\$ 127,1 bilhões.

06



Benefícios Dos 5.565 municípios brasileiros, 3.774 recebem mais recursos da Previdência do que do Fundo de Participação dos Municípios, o que contribui para a redistribuição de renda no País.

10



Novas Agências PEX inaugura 188 novas agências em todo o País, o que evita o deslocamento das famílias por longas distâncias em busca de atendimento.

28



Empreendedor Individual Programa deve chegar ao fim do ano com quase 3 milhões de cadastros. O acesso aos benefícios da Previdência Social está entre os principais motivos da formalização. Nesta edição, publicamos artigo do diretor-presidente do Sebrae Nacional, Luiz Barretto.

32



Baixa Renda Quase 300 mil donas de casa de família de baixa renda já aderiram à Previdência Social, sendo que o estado de Minas Gerais lidera as formalizações, com mais de 41 mil trabalhadoras.

38



Servidores Públicos Cadastro nacional permite o cruzamento de dados sobre servidores federais e dos estados e municípios, o que ajuda a combater fraudes.

40



Plansat Plano Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (Plansat), elaborado por comissão tripartite, busca prevenir acidentes e reduzir riscos.

46



Ações Regressivas O INSS e o Instituto Maria da Penha fecharam convênio para o enfrentamento à violência contra a mulher e a punição dos agressores por meio de ações na Justiça.

50



Comunicação Previdência usa o cordel como forma de levar informações sobre os benefícios da aposentadoria aos trabalhadores no interior dos estados do Nordeste.

52



22 anos do INSS Fim das filas, atendimento agendado, aposentadoria em 30 minutos, Central 135, novas agências e Central de Monitoramento são exemplos de modernização adotados ao longo dessas duas décadas para melhor atender aos segurados em todo o País.

54

Artigo Autores trazem uma visão geral das regras previdenciárias ao redor do mundo, com mudanças ocorridas em vários países em decorrência do processo generalizado de envelhecimento populacional.

58

Setor urbano registra 5 superávits no primeiro semestre de 2012

No resultado agregado (urbano e rural) dos seis primeiros meses deste ano, a Previdência Social registrou arrecadação líquida total de R\$ 127,1 bilhões

A Previdência Social registrou, no primeiro semestre de 2012, cinco superávits na arrecadação do setor urbano. No total, foram R\$ 124,3 bilhões de receitas no período, um aumento de 8,8% em relação aos seis primeiros meses de 2011, quando foi registrada receita de R\$ 114,2 bilhões. O resultado é um superávit de R\$ 9,8 bilhões – aumento de 45,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em junho, o saldo entre arrecadação e pagamento de benefícios do setor urbano foi de R\$ 2,2 bilhões, resultado de arrecadação de R\$ 21,1 bilhões e despesa de R\$ 18,9 bilhões. Se comparado ao mesmo período do ano passado, quando o resultado urbano foi de R\$ 2,5 bilhões, houve queda de 10%. O valor leva em conta o pagamento de sentenças judiciais e a Compensação Previdenciária (Comprev) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os regimes próprios de Previdência Social (RPPS) de estados e municípios.

A arrecadação líquida rural cresceu 4,2%, em junho, na comparação com o mesmo mês de 2011. Foram arrecadados R\$ 508,3 milhões. Em relação a maio de 2012, quando foram arrecadados R\$ 534,9 milhões, houve queda de 5%.

O pagamento de benefícios para o segmento rural teve redução de 0,2%, se comparado a maio deste ano. Foram gastos R\$ 5,5 bilhões. Já em relação a junho de 2011, houve crescimento de 10,8% nas despesas. A previdência rural é importante para manter o agricultor familiar no campo.

A diferença entre arrecadação e despesa gerou necessidade de financiamento para o setor rural de R\$ 5 bilhões – 11,5% a mais que no mesmo mês do ano passado. Esse aumento da necessidade de financiamento decorre, principalmente, do reajuste do salário mínimo, concedido em janeiro deste ano – já que 98,7% dos benefícios rurais estão na faixa de valor igual a um piso previdenciário.

O financiamento dos benefícios do setor rural é uma decisão de Estado e que foi definida pelo Congresso Nacional, como forma de amenizar a pobreza e as dificuldades de as famílias sem renda sobreviverem no interior do País. Os benefícios repassados pela Previdência Social garantem o sustento de milhões de pessoas, retirando-as da miséria e da linha de pobreza.

Agregado

No resultado agregado (urbano e rural) dos seis primeiros meses deste ano, a Previdência Social registrou arrecadação líquida total de R\$ 127,1 bilhões, um aumento de 8,7% em relação ao mesmo período de 2011, quando foi registrada arrecadação de R\$ 116,9 bilhões. As despesas com benefícios no primeiro semestre de 2012 somaram R\$ 147,8 bilhões, gerando uma necessidade de financiamento de R\$ 20,7 bilhões.

No acumulado dos últimos 12 meses, foi registrada arrecadação líquida de R\$ 267,8 bilhões. A despesa com benefícios somou R\$ 305,3 bilhões,



Nicolas Gomes

A divulgação dos resultados da Previdência tem mobilizado a imprensa

gerando uma necessidade de financiamento de R\$ 37,5 bilhões.

Em junho de 2012, a Previdência Social registrou necessidade de financiamento de R\$ 2,8 bilhões – um aumento de 38,1% em relação ao mesmo mês do ano passado e de 6,9% em relação a maio de 2012.

Esse valor foi a diferença entre a arrecadação de R\$ 21,6 bilhões e a despesa com benefícios, que somou R\$ 24,4 bilhões. Em relação a junho de 2011, arrecadação e despesa aumentaram 5,1% e 8,1%, respectivamente.

Benefícios

Em junho de 2012, a Previdência Social pagou 29,479 milhões de benefícios, sendo 25,540 milhões previdenciários e acidentários e, os demais, assistenciais. Houve elevação de 3,1% em comparação com o mesmo mês do ano passado. As aposentadorias previdenciárias somaram 16,407 milhões de benefícios, uma elevação de 3,5% em relação ao número de aposentados existentes em junho do ano passado.

O valor médio dos benefícios pagos pela Previdência Social de janeiro a junho deste ano registrou um crescimento de 23,1% em relação

ao mesmo período do ano de 2005, e foi de R\$ 843,11, segundo o levantamento.

A maior parte dos benefícios (69,8%) – incluídos os assistenciais – pagos em junho de 2012 tinha valor de até um salário mínimo, contingente de 20,6 milhões de benefícios.

Em junho, dos 19,9 milhões de segurados com benefícios de um salário mínimo, 42,5% referem-se a pagamentos do setor rural, 37,8%, aos do setor urbano, e 19,6%, aos assistenciais.

Otimismo

“Mesmo com aumento do salário mínimo estamos com resultado melhor que ano passado. Isto tem a ver com formalização e com esforços para combater a sonegação. A economia está mais dinâmica. Estão sendo criadas mais vagas do que estão sendo fechadas no mercado de trabalho”, explica o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Leonardo Rolim.

O secretário informou ainda que, quando a compensação das receitas das renúncias previdenciárias for feita, a tendência é que a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social tenha desempenho melhor ainda.

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário - URBANO*Junho/11, Maio/12 e Junho/12 e acumulado de Janeiro a Junho (2011 e 2012) - Em R\$ Milhões de Junho/2012 (INPC)*

ITEM	Junho/2011 (A)	Mai/2012 (B)	Junho/2012 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acumulado (Jan a Jun)		Var. %
						2011	2012	
1. Arrecadação Líquida Urbana Total	20.086,2	21.342,6	21.123,6	(1,0)	5,2	114.200,8	124.298,5	8,8
1.1 Arrecadação Urbana	20.086,2	21.342,6	21.123,6	(1,0)	5,2	114.200,0	124.295,9	8,8
1.2 Compreve	0,0	0,0	0,0	(49,0)	(40,3)	0,8	2,6	226,2
2. Renúncias Previdenciárias	1.618,6	1.694,0	1.689,6	(0,3)	4,4	9.832,2	10.242,3	4,2
2.1 Simples Nacional	983,5	943,4	941,0	(0,3)	(4,3)	5.974,6	5.704,3	(4,5)
2.2 Entidades Filantrópicas	628,3	662,2	660,5	(0,3)	5,1	3.816,9	4.003,7	4,9
2.3 Tecnologia da Informação e Comunicação - TI e TI C	6,7	88,4	88,1	(0,3)	1.216,1	40,7	534,3	1213,4
2.4 Microempreendedor Individual - MEI	-	34,6	34,5	-	-	-	209,1	-
2.5 Indústrias Moveleiras, de Confecções e Artefatos de Couro	-	81,4	81,2	-	-	-	492,0	-
3. Despesa com Benefícios Previdenciários Urbano Total	17.609,8	18.949,7	18.894,4	(0,3)	7,3	107.476,7	114.538,6	6,6
3.1 Benefício Previdenciário Urbano	17.271,5	18.543,2	18.409,0	(0,7)	6,6	103.095,9	110.265,6	7,0
3.2 Passivo Judicial Urbano	338,2	293,5	363,2	23,7	7,4	3.820,0	3.574,8	(6,4)
3.3 Compreve	-	113,1	122,2	8,1	-	560,8	698,2	24,5
4. Resultado Previdenciário e Renúncias (1+2-3)	4.095,0	4.086,9	3.918,8	(4,1)	(4,3)	16.556,3	20.002,2	20,8
5. Resultado Previdenciário excluindo Renúncias (1-3)	2.476,4	2.392,9	2.229,2	(6,8)	(10,0)	6.724,1	9.759,9	45,1

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV.

Elaboração: SPSS/MPS.

Resultado do RGPS*Em R\$ Milhões de Junho de 2012 (INPC)*

ITEM	Jun/11 (A)	Mai/12 (B)	Jun/12 (C)	Var.% (C/B)	Var.% (C/A)	Acumulado (Jan a Jun)		Var. %
						2011	2012	
1. Arrecadação Líquida Total	20.574,0	21.877,5	21.631,9	(1,1)	5,1	116.896,6	127.103,6	8,7
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	20.086,2	21.342,6	21.123,6	(1,0)	5,2	114.200,0	124.295,9	8,8
1.2 Arrecadação Líquida Rural	487,8	534,9	508,3	(5,0)	4,2	2.695,8	2.805,1	4,1
1.3 Compreve	0,0	0,0	0,0	(49,0)	(40,3)	0,8	2,6	226,2
2. Renúncias Previdenciárias	1.849,5	2.039,6	2.034,4	(0,3)	10,0	11.234,8	12.332,3	9,8
2.1 Simples Nacional	983,5	943,4	941,0	(0,3)	(4,3)	5.974,6	5.704,3	(4,5)
2.2 Entidades Filantrópicas	628,3	662,2	660,5	(0,3)	5,1	3.816,9	4.003,7	4,9
2.3 Tecnologia da Informação e Comunicação - TI e TIC	6,7	88,4	88,1	(0,3)	1.216,1	40,7	534,3	1.213,4
2.4 Microempreendedor Individual - MEI	-	34,6	34,5	(0,3)	-	-	209,1	-
2.5 Indústrias Moveleiras, de Confecções e Artefatos de Couro	-	81,4	81,2	(0,3)	-	-	492,0	-
2.6 Exportação da Produção Rural - EC nº 33	230,9	229,7	229,1	(0,3)	(0,8)	1.402,6	1.388,9	(1,0)
3. Despesa com Benefícios	22.571,2	24.457,3	24.389,2	(0,3)	8,1	137.646,3	147.883,9	7,4
3.1 Benefícios Previdenciários	22.137,6	23.965,0	23.797,5	(0,7)	7,5	132.190,5	142.570,9	7,9
3.1.1 Urbano	17.271,5	18.543,2	18.409,0	(0,7)	6,6	103.095,9	110.265,6	7,0
3.1.2 Rural	4.866,1	5.421,8	5.388,5	(0,6)	10,7	29.094,6	32.305,2	11,0
3.2 Passivo Judicial	433,5	379,3	469,4	23,8	8,3	4.895,0	4.614,8	(5,7)
3.2.1 Urbano	338,2	293,5	363,2	23,7	7,4	3.820,0	3.574,8	(6,4)
3.2.2 Rural	95,3	85,8	106,3	23,9	11,6	1.075,0	1.040,0	(3,3)
3.3 Compreve	-	113,1	122,2	8,1	-	560,8	698,2	24,5
4. Resultado Previdenciário e Renúncias (1 + 2 - 3)	(14,7)	(540,1)	(722,9)	33,8	389,4	(9.514,9)	(8.448,0)	(11,2)
5. Resultado Previdenciário excluindo Renúncias (1 - 3)	(1.997,2)	(2.579,8)	(2.757,3)	6,9	38,1	(20.749,7)	(20.780,3)	0,1

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV.

Elaboração: SPSS/MPS.

Resultado do RGPS*Acumulado nos Últimos 12 Meses - Em R\$ Milhões de Junho de 2012 (INPC)*

ITEM	Acumulo (Julho/11 a Junho/12)
1. Arrecadação Líquida	267.829,3
1.1 Urbana	262.100,2
1.2 Rural	5.725,5
1.3 Comprev	3,5
2. Despesa com Benefícios	305.334,8
2.1 Benefícios Previdenciários	296.443,9
2.1.1 Urbano	230.486,6
2.1.2 Rural	65.957,4
2.2 Passivo Judicial	7.299,7
2.2.1 Urbano	5.653,3
2.2.2 Rural	1.646,4
2.3 Comprev	1.591,2
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(37.505,6)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	24.372,7
3.2 Rural (1.2 - 2.2.2)	(61.878,3)

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV.

Elaboração: SPPS/MPS.

Quantidade de Benefícios Emitidos – RGPS*Junho/2011, Maio/2012 e Junho/2012*

	Jun/2011	Mai/2012	Jun/2012	Var. %	Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)
TOTAL	28.596,156	29.417,776	29.479,617	0,2	3,1
PREVIDENCIÁRIOS + ACIDENTÁRIOS	24.798,757	25.489,408	25.540,338	0,2	3,0
PREVIDENCIÁRIOS	23.967,733	24.656,296	24.708,782	0,2	3,1
Aposentadorias	15.854,150	16.363,341	16.407,948	0,3	3,5
Idade	8.297,084	8.581,264	8.608,354	0,3	3,8
Invalidez	2.979,453	3.032,238	3.036,022	0,1	1,5
Tempo de Contribuição	4.577,573	4.749,839	4.763,572	0,3	4,1
Pensão por Morte	6.706,752	6.864,863	6.877,747	0,2	2,5
Auxílio-Doença	1.256,688	1.272,584	1.265,058	(0,6)	0,7
Salário-Maternidade	86,209	83,006	84,239	1,5	(2,3)
Outros	63,934	72,502	73,810	1,8	15,4
ACIDENTÁRIOS	831,024	833,112	831,556	(0,2)	0,1
Aposentadorias	169,919	177,090	177,740	0,4	4,6
Pensão por Morte	124,609	123,266	123,118	(0,1)	(1,2)
Auxílio-Doença	181,548	173,769	171,241	(1,5)	(5,7)
Auxílio-Acidente	284,313	291,447	292,178	0,3	2,8
Auxílio-Suplementar	70,635	67,540	67,279	(0,4)	(4,8)
ASSISTENCIAIS + EPU	3.797,399	3.928,368	3.939,279	0,3	3,7
ASSISTENCIAIS	3.772,312	3.903,181	3.914,107	0,3	3,8
Amparos Assistenciais - LOAS	3.501,604	3.659,480	3.672,832	0,4	4,9
Idoso	1.657,083	1.709,004	1.713,674	0,3	3,4
Portador de Deficiência	1.844,521	1.950,476	1.959,158	0,4	6,2
Rendas Mensais Vitalícias	270,708	243,701	241,275	(1,0)	(10,9)
Idade	65,650	55,662	54,784	(1,6)	(16,6)
Invalidez	205,058	188,039	186,491	(0,8)	(9,1)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	25,087	25,187	25,172	(0,1)	0,3

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS. Elaboração: SPPS/MPS.

Obs.: Os benefícios assistenciais, embora operacionalizados pelo INSS, estão sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Previdência Social fortalece a economia dos municípios

Das 5.565 cidades brasileiras, 3.774 (ou 67,82%) recebem mais recursos da Previdência Social do que do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que contribui para levar renda aos lugares mais distantes

O que têm em comum Maria Francisca da Silva, 78 anos, de Manacapuru (AM); Antônia Rodrigues de Almeida, 70 anos, de Formosa (GO); Severina da Conceição Silva, 63 anos, de Mari (PB); Venair Avelina Loiola, 66 anos, de Lapa (PR) e Sônia Mara Rodrigues, 55 anos, de Nova Friburgo (RJ), além de serem mulheres e aposentadas ou pensionistas da Previdência Social? A resposta é simples: elas moram em municípios que recebem mais benefícios da Previdência Social do que recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A equipe da **Previdência Social** visitou municípios de todas as regiões brasileiras para conferir esse fato e traz informações nas próximas páginas.

Muitos brasileiros conhecem de perto a Previdência Social e contam com ela nos momentos em que mais precisam. Todo mês, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) paga mais de 29 milhões de benefícios em todo o Brasil. Mas o que muita gente não sabe é que a Previdência Social tem um importante papel na redistribuição de renda do País e na diminuição da pobreza. Um estudo realizado pelo Departamento do Regime Geral de Previdência Social mostrou que duas de cada três cidades brasileiras recebem mais recursos de pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do que transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em geral, esse dinheiro injetado pela Previdência é o que movimenta a economia dos municípios. De acordo com o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, a maior parte dos recursos é utilizada por aposentados e pensionistas para consumo de necessidades básicas,

como alimentação e remédios. “Estamos falando de uma maioria de pessoas de baixa renda, que tem necessidades básicas de consumo. Muito pouco disso vai para poupança. A grande maioria desses recursos vai para consumo”, diz o secretário.

De acordo com o levantamento feito em 2011, em 3.774 municípios brasileiros, os repasses da Previdência superavam os do FPM – o que representa quase 68% do total de cidades do Brasil. A região com mais municípios

nessa situação é a Sul: 74,16% das cidades recebem mais recursos do INSS do que do FPM. Em seguida, vem a região Sudeste, com 73,50%; Nordeste, com 66%; Centro-Oeste, com 56,87%; e Norte, com 48,55%.

Em uma cidade grande, como São Paulo, os repasses da Previdência ultrapassam os do FPM em R\$ 23,2 bilhões. Os dados são de 2011. Mas os recursos dos benefícios do INSS fazem diferença mesmo nas pequenas cidades, onde a economia local é aquecida a partir desse dinheiro proveniente dos benefícios previdenciários. Em Itabaianinha (SE), os benefícios do INSS

Os benefícios do INSS fazem diferença nas pequenas cidades, onde a economia local é aquecida a partir desses repasses



injetaram R\$ 35,9 milhões no município no ano passado, enquanto os repasses do FPM foram de R\$ 13,8 milhões, quase um terço menor. Em Itaobim (MG), a Previdência pagou, em 2011, R\$ 26,1 milhões contra R\$ 9,4 milhões do FPM.

O estudo do Ministério da Previdência também revelou que, enquanto nos 10% dos municípios mais pobres do País (considerando o PIB per capita), o pagamento de benefícios do INSS chegava a 17% do PIB dessas cidades, nos 10% mais ricos esse valor chegava a 1% do PIB dos municípios. Isso demonstra a importância da Previdência Social na redistribuição de renda das cidades mais ricas para as mais pobres do Brasil.

“Esse dado é muito relevante. Observe que nas cidades mais pobres, o valor repassado pela Previdência tem muito mais impacto: 17% do PIB do município. Isso representa a soma das riquezas dessa cidade, produzidas a partir desse dinheiro

movimentado pelos beneficiários do INSS. Já nas cidades mais ricas, os repasses correspondem a apenas 1% do PIB dos municípios. São os números comprovando o efeito prático da distribuição de renda”, explica Leonardo Rolim, acrescentando que isso fica mais evidente naqueles municípios cuja economia depende mais do setor rural.

Para comprovar esse fato, estudos do PNAD de 2009 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que nos últimos anos a Previdência Social retirou 23 milhões de pessoas da pobreza com o repasse dos benefícios. Dentre os idosos com mais de 60 anos, 82% têm cobertura previdenciária. Enquanto metade das crianças com menos de sete anos está em uma família pobre, apenas um em cada dez idosos está abaixo da linha de pobreza. Os dados concluem que, se não existisse a Previdência Social, seis a cada dez idosos seriam pobres.

*Ronélia Souza
e sua mãe
Joana Furtado,
do Amazonas:
Previdência como
fonte de renda*

Experiências

Antônia Rodrigues de Almeida, 70 anos, que vive na cidade goiana de Formosa, sabe bem a importância de ser segurada da Previdência Social. Trabalhadora rural, há cinco anos recebe aposentadoria e descreve o pagamento como algo maravilhoso em sua vida e é com o dinheiro do benefício que ela pode comprar remédios e pagar as despesas da casa. “Agradeço muito. Mesmo não sendo uma renda alta, o pouco com Deus é muito”, comemora. Na cidade dela, os repasses da Previdência somaram R\$ 75,5 milhões e os do FPM, R\$ 21,7 milhões, no ano passado.

Maria Francisca da Silva, de Manacapuru (AM), 78 anos, tem sete filhos, 27 netos e cinco bisnetos, e recebe pensão por morte do marido, seu Raimundo, há sete anos. Sua família depende prioritariamente dos benefícios da Previdência Social, principalmente quando há “cheias” na região, como neste ano, e toda a plantação de subsistência fica alagada e perdida. “Já plantei juta, jerimum, mate, milho, pimentão, mas agora a gente está sem roça, porque está tudo alagado”, lamenta Francisca, que considera os benefícios da Previdência uma salvação.

Severina da Conceição Silva, 63 anos, moradora de Mari, pequeno município da Paraíba, desde criança trabalha no campo produzindo pequenas quantidades de alimentos que vende no comércio da cidade. Hoje ela vive somente com o dinheiro da aposentadoria da Previdência Social e considera os repasses dos benefícios essenciais para manter a sua família. Caso contrário, passaria por necessidades.

A paranaense Venair Avelina, 66 anos, reside em um sítio no município de Lapa. Com os benefícios que recebe como aposentada da Previdência

	Brasil / Região	Total de Cidades	Total de Cidades onde Benefícios INSS > FPM	%
	Norte	449	218	48,55%
	Nordeste	1.794	1.184	66,00%
	Sudeste	1.668	1.226	73,50%
	Sul	1.188	881	74,16%
	Centro- Oeste	466	265	56,87%
TOTAL	Brasil	5.565	3.774	67,82%

Social, ela compra os mantimentos da casa, remédios e paga outras despesas, além de ajudar o filho mais novo, impossibilitado de trabalhar na lavoura após ser picado por uma cobra. “De vez em quando eu ajudo ele, compro uma cesta básica lá para a casa dele”, relata a aposentada, para quem os benefícios da Previdência são providenciais para o seu sustento.

Vítima da tragédia que afetou milhares de pessoas na região serrana do Rio de Janeiro no ano passado, Sônia Mara Rodrigues contou com a ajuda da Previdência para superar os momentos difíceis, em que perdeu o marido e ficou soterrada por cerca de cinco horas após um deslizamento de terra que destruiu a casa em que morava com a família em Nova Friburgo (RJ). “O pessoal aqui do INSS ajudou muito a gente. Além da antecipação dos benefícios, também consegui muito rápido a pensão do meu esposo”, relembra. Para quem perdeu tudo, o recurso foi fundamental para comprar itens básicos de sobrevivência.

Os relatos, que podem ser conferidos com detalhes nas próximas páginas, mostram que a Previdência Social está em todos os momentos na vida das famílias brasileiras, com repasse de recursos que ajudam os mais necessitados a saírem do aperto nos momentos difíceis.

O que é o FPM

O Fundo de Participação dos Municípios é composto por 22,5% do que o governo federal arrecada com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e é distribuído de acordo com o tamanho do município e a renda do estado.

Os 100 municípios brasileiros com maior diferença entre os benefícios emitidos pela Previdência Social e os repasses do Fundo de Participação dos Municípios, em 2011 - Em R\$

	Município	UF	Benefícios Emitidos (A)	FPM (B)	DIFERENÇA (A) - (B)		Município	UF	Benefícios Emitidos (A)	FPM (B)	DIFERENÇA (A) - (B)
1	São Paulo	SP	23.356.345.125	155.759.889	23.200.585.236	51	Canoas	RS	645.305.058	38.293.983	607.011.076
2	Rio de Janeiro	RJ	14.727.818.163	155.759.889	14.572.058.275	52	Bauru	SP	639.130.991	37.663.437	601.467.554
3	Belo Horizonte	MG	4.996.052.338	267.016.952	4.729.035.386	53	Teresina	PI	830.225.013	240.869.735	589.355.278
4	Porto Alegre	RS	4.083.249.353	140.183.900	3.943.065.453	54	São João de Meriti	RJ	620.715.454	34.064.807	586.650.646
5	Salvador	BA	3.821.504.785	445.028.253	3.376.476.532	55	João Pessoa	PB	801.666.278	222.514.127	579.152.151
6	Curitiba	PR	3.373.269.289	160.210.171	3.213.059.118	56	Petrópolis	RJ	587.487.680	34.064.807	553.422.872
7	Brasília	DF	2.917.779.996	89.005.651	2.828.774.345	57	Taubaté	SP	583.143.702	37.663.437	545.480.264
8	Recife	PE	3.015.999.199	311.519.777	2.704.479.422	58	Ipatinga	MG	570.105.703	44.371.336	525.734.367
9	Campinas	SP	2.204.750.249	39.561.924	2.165.188.324	59	Americana	SP	559.943.546	37.663.437	522.280.109
10	Fortaleza	CE	2.650.675.011	556.285.316	2.094.389.695	60	Franca	SP	531.265.518	37.663.437	493.602.081
11	São Bernardo do Campo	SP	1.937.620.943	37.663.437	1.899.957.506	61	Campina Grande	PB	547.554.597	58.101.685	489.452.912
12	Santo André	SP	1.890.229.466	37.663.437	1.852.566.029	62	Limeira	SP	524.701.659	37.663.437	487.038.222
13	Guarulhos	SP	1.660.300.739	41.460.411	1.618.840.328	63	Vila Velha	ES	518.340.370	39.081.447	479.258.924
14	Santos	SP	1.646.584.998	37.663.437	1.608.921.560	64	Maringá	PR	513.196.805	42.856.682	470.340.123
15	Goiânia	GO	1.610.340.352	160.210.171	1.450.130.181	65	Guarujá	SP	502.254.131	37.663.437	464.590.694
16	Belém	PA	1.713.747.319	311.519.777	1.402.227.541	66	Ponta Grossa	PR	507.095.776	42.856.682	464.239.094
17	Osasco	SP	1.282.965.395	37.663.437	1.245.301.958	67	Uberaba	MG	508.446.198	44.371.336	464.074.862
18	Niterói	RJ	1.270.704.046	34.064.807	1.236.639.239	68	São Carlos	SP	497.590.622	37.663.437	459.927.185
19	Duque de Caxias	RJ	1.253.788.872	34.064.807	1.219.724.065	69	Novo Hamburgo	RS	480.411.177	38.293.983	442.117.195
20	Ribeirão Preto	SP	1.221.587.849	37.663.437	1.183.924.412	70	Feira de Santana	BA	492.774.231	54.639.531	438.134.700
21	Sorocaba	SP	1.197.613.514	37.663.437	1.159.950.077	71	Cuiabá	MT	518.040.897	80.105.086	437.935.811
22	São Gonçalo	RJ	1.141.325.515	35.963.294	1.105.362.221	72	Araraquara	SP	468.903.751	37.663.437	431.240.314
23	Juiz de Fora	MG	1.141.234.053	44.371.336	1.096.862.717	73	Rio Grande	RS	455.507.579	38.293.983	417.213.597
24	São José dos Campos	SP	1.131.242.461	37.663.437	1.093.579.024	74	Santa Maria	RS	446.378.010	38.293.983	408.084.028
25	Caxias do Sul	RS	1.055.348.978	38.293.983	1.017.054.995	75	Suzano	SP	438.040.383	37.663.437	400.376.945
26	Manaus	AM	1.230.276.284	213.613.562	1.016.662.722	76	São Leopoldo	RS	432.509.345	38.293.983	394.215.362
27	Joinville	SC	1.016.909.399	35.587.449	981.321.950	77	Criciúma	SC	426.382.251	35.587.449	390.794.803
28	Jundiaí	SP	1.013.822.044	37.663.437	976.158.606	78	Praia Grande	SP	413.756.330	37.663.437	376.092.892
29	Maceió	AL	1.246.796.584	278.142.658	968.653.926	79	Governador Valadares	MG	417.422.339	44.371.336	373.051.004
30	Florianópolis	SC	955.823.433	71.204.521	884.618.912	80	Serra	ES	408.817.755	39.081.447	369.736.308
31	Natal	RN	1.061.606.398	178.011.301	883.595.097	81	Presidente Prudente	SP	404.242.952	37.663.437	366.579.514
32	Nova Iguaçu	RJ	914.830.464	34.064.807	880.765.657	82	Cariacica	ES	404.727.265	39.081.447	365.645.818
33	Contagem	MG	852.787.691	44.371.336	808.416.356	83	Cubatão	SP	390.804.225	25.559.067	365.245.158
34	Volta Redonda	RJ	807.343.963	34.064.807	773.279.155	84	Jacareí	SP	401.319.456	37.663.437	363.656.019
35	São Luís	MA	1.050.100.664	278.142.658	771.958.005	85	Passo Fundo	RS	398.651.793	38.293.983	360.357.811
36	Londrina	PR	808.068.537	42.856.682	765.211.856	86	Barueri	SP	395.455.819	37.663.437	357.792.382
37	Vitória	ES	825.362.511	71.204.521	754.157.990	87	Nova Friburgo	RJ	382.499.041	34.064.807	348.434.234
38	Blumenau	SC	778.545.358	35.587.449	742.957.909	88	Montes Claros	MG	390.025.564	44.371.336	345.654.228
39	Uberlândia	MG	768.355.380	44.371.336	723.984.044	89	Gravataí	RS	380.630.323	38.293.983	342.336.340
40	Aracaju	SE	864.940.969	142.409.041	722.531.928	90	Nilópolis	RJ	371.762.663	34.064.807	337.697.856
41	Campo Grande	MS	826.151.663	106.806.781	719.344.882	91	Olinda	PE	392.068.561	54.535.509	337.533.052
42	Piracicaba	SP	747.678.901	37.663.437	710.015.464	92	Belford Roxo	RJ	365.920.109	34.064.807	331.855.302
43	São Caetano do Sul	SP	741.144.073	36.159.963	704.984.109	93	Anápolis	GO	373.124.601	42.010.661	331.113.941
44	São José do Rio Preto	SP	742.255.394	37.663.437	704.591.956	94	Rio Claro	SP	366.767.007	37.663.437	329.103.570
45	Moji das Cruzes	SP	717.090.873	37.663.437	679.427.436	95	Marília	SP	364.699.508	37.663.437	327.036.070
46	Pelotas	RS	715.637.110	38.293.983	677.343.127	96	Betim	MG	367.419.916	44.371.336	323.048.580
47	São Vicente	SP	680.008.099	37.663.437	642.344.661	97	Carapicuíba	SP	351.875.300	37.663.437	314.211.863
48	Campos dos Goytacazes	RJ	673.023.742	34.064.807	638.958.935	98	São José dos Pinhais	PR	353.684.925	42.856.682	310.828.243
49	Diadema	SP	674.914.653	37.663.437	637.251.216	99	Araçatuba	SP	345.702.803	37.663.437	308.039.365
50	Mauá	SP	671.270.125	37.663.437	633.606.687	100	Jaboatão dos Guararapes	PE	359.447.901	54.535.509	304.912.392

NORTE

Famílias dependem muito dos benefícios



Ana Carolina de Melo

Maria Francisca e a neta Amanda dependem dos recursos para fazer as compras

Ao lado da neta Amanda, de dez anos, dona Maria Francisca da Silva, 78 anos, sai às sete da manhã, de canoa, da comunidade ribeirinha de São Francisco das Chagas, no interior do Amazonas. O objetivo de dona Chica, como é mais conhecida, é comprar o que mais precisa na cidade mais próxima: Manacapuru (AM), localizada a 84 km de Manaus. “Como o motor da canoa já está velho, a gente sai de lá umas sete horas e chega aqui umas nove. Eu vim hoje porque acabou a sopa e a bolacha”, explica.

Mãe de sete filhos, 27 netos e cinco bisnetos, dona Chica recebe pensão por morte do marido, seu Raimundo, trabalhador rural, que morreu há sete anos. Geralmente aproveita para fazer o “rancho” – como é conhecida na região a compra grande mensal de mantimentos – no final do mês, quando sai o pagamento da Previdência Social. “Dessa vez eu acabei vindo um pouco antes porque meu netinho estava chorando sem bolacha”, conta.

“Já plantei juta, jerimum, mate, milho, pimentão, mas agora a gente está sem roça, porque está tudo alagado.” É o que conta dona Chica, que a vida inteira trabalhou com agricultura familiar, em referência à cheia que assolou o estado do Amazonas em 2012, a maior registrada nos últimos cem anos. Para ela, é o dinheiro que recebe da Previdência que tem sustentado sua família, principalmente neste

momento em que não podem contar com a plantação para a subsistência.

Segundo o gerente do supermercado popular onde dona Chica faz as compras, Ednaldo Silva, é entre o final do mês e o dia 10 do mês seguinte que o fluxo de vendas aumenta bastante, quando a Previdência paga os benefícios “A maior parte dos nossos clientes vem da zona rural para receber o pagamento e fazer suas compras. As vendas aqui são feitas à vista ou a prazo, no cartão de crédito. Hoje quase todo aposentado tem cartão”, afirma. De acordo com Ednaldo, se os benefícios da Previdência deixassem de ser pagos ou atrasassem haveria uma redução de pelo menos 40% das suas vendas.

Na mesma rua, sentado em frente à barraca do filho Antônio, no mercado de frutas e verduras de Manacapuru, seu Mário de Souza, 82 anos, lembra do tempo de trabalho pesado: “Eu posso não saber ler nem escrever, mas pego numa enxada como ninguém”, garante. Hoje a aposentadoria por idade que recebe do INSS, juntamente com a pensão por morte da esposa, falecida há nove meses, são utilizadas para ajudar nas despesas da casa do filho, com quem vive.

Vendas

De acordo com Antônio Raimundo de Souza, dono há sete anos da barraca de frutas, o início do mês é a época em que vende mais: “Conforme o mês vai seguindo, as vendas caem muito. Elas só começam a melhorar no finalzinho do mês”, destaca. É o que também dizem os donos da farmácia, do armarinho e da loja de roupas do centro de Manacapuru.

Josiane Franco, 32 anos, caixa da mercearia, localizada na esquina da agência da Previdência, confirma: “O início do mês, além de ser o período de maior movimento, é a época em que as



Fotos: Ana Carolina de Melo

O vendedor Antônio Raimundo de Souza atende a um cliente

“Se não existisse o INSS, para nós o impacto seria horrível”, é dessa forma que a subgerente da loja de máquinas e equipamentos para embarcações, Elisângela Castro, descreve a influência dos pagamentos realizados pela Previdência Social para o faturamento da loja. “O carro-chefe de vendas aqui são os motores de rabeta, adquiridos para serem acoplados às canoas”, afirma. Na região, os barcos são o principal meio de transporte da população ribeirinha.

De acordo com a caixa, que trabalha no mercadinho há oito meses, a prática do caderno de contas ainda é frequente no município.



Augusto José da Rocha e Mário de Souza: dinheiro usado para alimentos e remédios

Como o valor da mercadoria varia de R\$ 350 a R\$ 850, a maior parte das vendas é realizada a prazo, em até 24 vezes, no cartão de crédito ou no carnê da loja, quitados quase sempre no início do mês.

Repasse

Segundo levantamento realizado pelo Departamento do Regime Geral de Previdência Social, dos 449 municípios da região Norte, 218 recebem mais benefícios da Previdência Social do que recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou 48,55% do total.

Só no ano 2011, a Previdência Social foi responsável por uma injeção na economia de Manacapuru de R\$ 71.222.041, por meio do pagamento de benefícios previdenciários. Esse número é quase quatro vezes maior que o repasse de R\$ 19.169.508 realizado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para a localidade no mesmo período.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Manacapuru, localizada na região metropolitana de Manaus, é formada atualmente por 86 mil habitantes. Às margens do rio Solimões, a cidade é considerada uma referência para as populações ribeirinhas das comunidades próximas ao município. A economia local é baseada no comércio e na agricultura familiar.

Além dos segurados manacapuruenses, a Agência da Previdência Social (APS) local é responsável pelo atendimento das populações dos municípios vizinhos de Anamá, Anori, Beruri e Novo Airão. Em junho de 2012, o número de benefícios mantidos pela unidade chegou a 9.569. No mesmo mês, o valor total de benefícios pagos pela agência superou R\$ 7.242.000.

De acordo com a assistente social da APS, Danielle Maria de Souza, de 31 anos, a maior parte dos benefícios emitidos pela unidade tem caráter assistencial e é destinada à população rural. Só no mês de junho deste ano foram pagas 3.795 aposentadorias por idade – o principal benefício emitido em Manacapuru –; desse número, 3.689 eram rurais. A lista segue com o amparo assistencial ao deficiente e ao idoso,

com 2.033 e 1.264 emissões respectivamente. Das 1.017 pensões liberadas, no último mês de junho, 780 eram rurais.

É o caso de Joana Furtado de Souza, 75 anos, que utiliza o valor da pensão por morte do marido, falecido há três anos, para pagar o financiamento da casa que conseguiu comprar no bairro Correnteza, em Manacapuru. Depois de passar a vida toda trabalhando na lavoura, ao lado de seu Benedito, e em casa de famílias, ela hoje divide a casa própria com a filha Ronélia Souza de Abreu, de 41 anos, o genro e três netos. Também beneficiária de uma aposentadoria rural há 15 anos, dona Joana, que é diabética, utiliza o dinheiro que recebe da Previdência na compra de remédios, alimentação e em roupas para a família.

Pais do jovem Jeremias Pinheiro da Silva, de 14 anos, Suely Marques Pinheiro e Manuel Alves da Silva recebem um salário mínimo da Previdência em função da limitação do filho, portador da deficiência do GH, ou hormônio do crescimento, que provoca um desenvolvimento anormal dos pés, mãos e cabeça. Para Suely, que é mãe de outros seis filhos, três deles vítimas de surdez, “se não recebesse a ajuda do INSS ia ficar muito difícil”, afirma. A família vive na zona rural de Manacapuru e sobrevive da agricultura familiar. No dia em que recebe o benefício, seu Manuel vai à cidade, quando aproveita para vender a produção e comprar artigos de primeira necessidade.



Manuel Alves,
a mulher Suely
Marques Pinheiro
e dois filhos



Amazonas registra superávit

Com uma arrecadação de R\$ 192.195.014 milhões só em maio de 2012, o Amazonas é hoje um dos três estados brasileiros no qual a Previdência é superavitária, quando os valores das arrecadações dos segurados superam o do pagamento de benefícios à população. Em maio, o superávit no estado chegou a R\$ 13.884.154.

Para o gerente-executivo do INSS no Amazonas, Bergson Melo, a ampliação da cobertura é um desafio não só para o estado como para toda a região norte do País, na qual o isolamento e a falta de meios de locomoção dificultam a aproximação da Previdência com a população.

Para tentar superar essas limitações, a Previdência mantém no estado uma unidade móvel flutuante, o PrevBarco Manaus I, que só em 2011 visitou 23 municípios amazonenses, em seis missões pelos rios Negro, Madeira e Solimões. O atendimento à população também é realizado por três navios da Marinha e três embarcações do Pronto Atendimento Itinerante (PAI), projeto pelo qual o INSS presta atendimento às comunidades ribeirinhas, em parceria com governo do estado do Amazonas.

Nos próximos dois anos, o Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) prevê a construção de mais 15 novas unidades no estado, além das 19 já existentes. A 70 km de Manacapuru, mais uma agência do INSS está em construção no município de Iranduba. A previsão é que a unidade seja entregue à população em outubro deste ano.

NORDESTE

Previdência salva agricultores



A presença da Previdência Social em Mari, cidade localizada a 75 km de João Pessoa (PB), é recente, mas já é responsável por movimentar R\$ 24,8 milhões anuais na economia do município. Esse repasse é quase o triplo do montante destinado a Mari do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que hoje é de R\$ 9,2 milhões por ano.

No município de Mari, que engloba os distritos de Caldas Brandão, Mulungu e Gurinhém, com um contingente de 21.173 habitantes, os benefícios da Previdência Social são, em muitos casos, a principal fonte de renda das famílias. Na região, o emprego é escasso, tornando a atividade rural predominante. Dos 7.944 benefícios mantidos pela Agência da Previdência Social (APS) Mari, 70% são rurais e apenas 30% são urbanos. “A maioria é segurado especial. Esses beneficiários vêm através de um sindicato rural, onde eles pegam toda a papelada e fazem o agendamento”, destaca a gerente da APS, Genilza Gouveia.

O comércio de abacaxi, macaxeira, feijão e inhame é o que movimenta a economia da região, tanto por parte dos agricultores como pelos comerciantes. Dona Severina da Conceição Silva, 63 anos, desde criança trabalhou no campo, abastecendo o comércio de Mari. Teve a ajuda do marido, Hermenegildo Alves da Silva, de 67 anos, que, assim como ela, hoje vive somente com o dinheiro da aposentadoria da Previdência Social.

Há 18 anos, Joselita Lima da Silva Melo fundou o supermercado Marchê, que, além de comercializar os produtos dos agricultores locais, também é responsável por abastecer a casa dos aposentados e pensionistas de Mari. “Cerca de 70% dos consumidores daqui são aposentados. Aqui no mercado tem um caixa bancário. Os aposentados sacam o benefício e consomem no Marchê”, comenta Joselita, que instalou no local a unidade que também paga benefícios previdenciários.

Joselita observa ainda que a partir do dia 25 de cada mês até o dia 10 do mês seguinte, período

em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) paga os benefícios previdenciários, o movimento no mercado aumenta significativamente. “É o pico de vendas no supermercado. Todos os caixas funcionam e mesmo assim fica lotado”, destaca a comerciante.



Camilla Rodrigues Andrade

Severina da Conceição Silva depende da Previdência para sobreviver

O supermercado não é o único local em que os agricultores vendem as hortaliças e verduras. Antônio Soares de Souza está todos os dias na feira da cidade para vender feijão, batata, macaxeira e inhame. Aposentado há 10 anos, esse senhor de 70 anos é casado há 48 anos e tem nove filhos e 16 netos. Mesmo recebendo o benefício, não consegue parar de trabalhar. “Fiz isso a minha vida toda, mas agora, infelizmente, não tenho condições de produzir como antes, de ganhar como antes”, acrescenta, dizendo que se não fosse a aposentaria viveria praticamente na miséria.

Os benefícios da Previdência Social geram um ciclo econômico que movimenta desde comércios a empreendimentos autônomos na maioria dos municípios brasileiros. A maior parte do dinheiro que chega à Mari é movimentada na própria região, o que gera uma expectativa financeira maior para todos os segmentos envolvidos no processo econômico da cidade.

Dos 1.794 municípios da região Nordeste, 1.184 recebem mais benefícios da Previdência Social do que recursos do FPM, ou 66% do total.

CENTRO-OESTE

Repasse garantem sustento das famílias

No município de Formosa (GO), localizado na região do entorno de Brasília, a 84 km da capital federal, a renda movimentada pelos benefícios emitidos pela Previdência Social supera em três vezes o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2011, o FPM transferiu R\$ 21.744.349,00 a Formosa, enquanto a Previdência Social emitiu R\$ 75.755.597,00 em benefícios previdenciários.

Isso reforça o papel da Previdência Social como importante geradora de renda, que estimula a economia local. Na área de abrangência da Agência da Previdência Social Formosa, há sete municípios que totalizam uma população de 144 mil habitantes, sendo que somente Formosa concentra 101 mil habitantes.

Dos 466 municípios da região Centro-Oeste, 265 recebem mais benefícios da Previdência Social do que recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou 56,87% do total

Dos 30 mil benefícios mantidos pela Agência da Previdência Social Formosa, 58% estão na cidade e 41% na área rural. Na avaliação do gerente da agência, Heliton José Ribeiro, o maior impacto da renda gerada pela Previdência Social está na zona rural do município. "Em geral, para essas pessoas, o benefício da Previdência Social é a única fonte de renda", comenta Heliton.

Mineiro de Patos de Minas, Jurandir Ferreira dos Reis foi criado em Arinos (MG) e está há 30 anos em Formosa. Desde então, sempre atuou

como trabalhador rural em fazendas da região. Hoje, aos 66 anos, mora na cidade. Casado com Antônio Rodrigues de Almeida há 50 anos, Jurandir Ferreira dos Reis tem nove filhos e 17 netos. Há um ano, recebe a aposentadoria da Previdência Social.

Antônio Rodrigues de Almeida, que também sempre atuou ao lado do marido como trabalhadora rural, está aposentada há cinco anos. Antes de se aposentar, foi beneficiária de auxílio-doença devido a um desvio na coluna. Aos 70 anos de idade, que completou no dia 22





Fotos: INSS

Os benefícios recebidos pelo casal Jurandir Ferreira e Antônia Rodrigues movimentam o comércio de Formosa, inclusive as lojas de Robson Ferreira (dir. alto) e Cícero Pereira (esq. abaixo)

de julho, Antônia descreve a renda obtida por meio da Previdência Social como algo maravilhoso. “Agradeço muito. Mesmo não sendo uma renda alta, o pouco com Deus é muito”, afirma. Conforme explica Antonia, a aposentadoria lhe permite comprar remédios e pagar a prestação de itens que adquire para o lar.

Movimento no comércio

O comerciante Robson Ferreira dos Santos, proprietário da empresa familiar A Revolução Tecidos, explica que 30% a 40% da clientela de crediário da loja são formados por aposentados e pensionistas do INSS. “Temos clientes aposentados que comprem há 10, 20 anos em nossa loja que atua há mais de 50 anos em Formosa”, afirma. O fluxo maior, segundo Robson Ferreira, ocorre entre os dias 1º e 10 de cada mês, além do dia 25 em diante.

Por sua vez, o gerente da loja de confecções e calçados Skala Modas, Robson Rodrigues, observa que o movimento maior ocorre a partir do dia

29 de cada mês e segue até o dia 10. “Essa época coincide com o período em que os aposentados recebem o dinheiro de sua aposentadoria do INSS”, observa.

Na Farmácia do Trabalhador do Brasil, criada há um ano em Formosa, a situação se repete. “Entre o dia 1º e o dia 10 há o maior movimento na drogaria”, esclarece Marina Aparecida Gomes. A funcionária destaca ainda que a maioria dos clientes é formada por aposentados do INSS.

Segundo o subgerente da loja Eletrosom, Cícero Pereira, a maior parte dos clientes aposentados adquire produtos financiados por meio do crediário. De acordo com o subgerente da loja da rede varejista mineira que está em Formosa há aproximadamente 12 anos, os produtos escolhidos por esses clientes são, de modo geral, eletrodomésticos e móveis.

Dos 466 municípios da região Centro-Oeste, 265 recebem mais benefícios da Previdência Social do que recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou 56,87% do total, segundo levantamento realizado pelo Departamento do Regime Geral de Previdência Social.

SUDESTE

Ajuda na hora da calamidade



Na região serrana do Rio de Janeiro, assim como em diversos municípios do País, os repasses da Previdência Social são fundamentais para o desenvolvimento da economia local. O calendário de pagamentos dos milhares de beneficiários da Previdência nos municípios da região também coincide com momentos de maior atividade nos comércios locais.

Mas em alguns municípios da região serrana do Rio de Janeiro a importância da Previdência na vida das pessoas foi ainda além. Há cerca de um ano, sete municípios desta região tiveram o estado de calamidade pública reconhecido pelo governo federal, devido às fortes chuvas que atingiram estas localidades, provocando enchentes e deslizamentos de terra.

De acordo com boletim da Defesa Civil fluminense, a tragédia deixou 875 mortos e 103.100 pessoas feridas, desabrigadas ou desalojadas nos municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis.

A catástrofe natural provocou também um triste cenário de tragédia humanitária. Centenas de pessoas perderam a vida e outras milhares ficaram desabrigadas, sem nenhum pertence pessoal além da roupa do corpo. Perderam suas

casas, eletrodomésticos e roupas. Há ainda os que apesar de não terem perdido bens materiais ficaram isolados em localidades que não tinham qualquer tipo de acesso.

A Previdência Social foi rápida na ação de amparo às vítimas da região e os segurados puderam antecipar um benefício, como adiantamento de renda, com parcelamento em até 36 meses, sem atualização monetária ou cobrança de juros. Os descontos só começaram no mês de maio daquele ano.

Além da antecipação de mais uma renda mensal, a Previdência também antecipou o calendário regular de pagamentos na região para que os segurados pudessem receber seus pagamentos o mais rápido possível. Dessa forma, garantiu-se à população um reforço para que os atingidos pudessem suprir suas necessidades mais emergenciais.

A antecipação de renda, espécie de empréstimo, beneficiou 138.128 pessoas com um volume total de recursos disponibilizados na ordem de R\$ 113 milhões. Para se ter uma ideia, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) destas sete localidades juntas foi de R\$ 131.312.369 no ano de 2011, enquanto que os repasses da Previdência a estes municípios totalizam R\$ 1.357.986.985 no mesmo período.

Estes números demonstram a importância de ações como a disponibilização do crédito para empréstimo sem juros e a antecipação do calendário de pagamentos em situações de calamidade como esta vivida pelos segurados da região serrana do Rio no início do ano passado. Este recurso fez a diferença na vida de cada segurado e também na de suas famílias.

Fotos: Natalia Oliveira



Sônia Rodrigues perdeu tudo na tragédia serrana e dependeu da Previdência

Lembranças da tragédia

Soterrada por cerca de cinco horas após um deslizamento de terra que destruiu a casa em que morava com a família no bairro de Duas Pedras em Nova Friburgo (RJ), a pensionista Sônia Mara Rodrigues, 55 anos, relembra o desespero que viveu em plena madrugada. “Nunca pensei que viveria uma situação como aquela, foi um pesadelo. Eu morava lá há 31 anos e nunca tinha visto nada parecido. Nunca imaginei de perder o meu marido dentro de casa, e por pouco eu e meu filho não perdemos também a vida. Ele conseguiu escapar com a lama pela cintura e eu fiquei soterrada umas cinco horas”, conta.

Dona Sônia se lembra do apoio que recebeu da Previdência Social nos dias que sucederam ao desastre. “O pessoal aqui da Agência ajudou muito a gente; além da antecipação, também consegui muito rápido a pensão do meu esposo”, relembra. Para quem perdeu tudo, o recurso foi fundamental para comprar itens básicos. “Eu usei o empréstimo da Previdência para comprar as coisas de casa mesmo, geladeira, cama, roupa, muita coisa, porque eu perdi tudo, minha casa ficou só no alicerce. No começo eu tive que ficar na casa de amigos, mas depois, com o aluguel social, eu consegui ir para um apartamento com meu filho.”

A aposentada Vera Lúcio Castilho, 65 anos, também enfrentou dias difíceis. Portadora de diversos problemas de saúde, incluindo dificuldade de locomoção e uma deficiência respiratória que a obriga a recorrer a tubos de oxigênio cotidianamente, Vera se viu isolada em sua casa. Ela conta que nos dias seguintes à tragédia não havia como se deslocar no bairro de Cordoeira, onde morava em Nova Friburgo. “Apesar de ter sobrevivido e minha casa não ter sido destruída, meu bairro foi muito atingido, eu moro lá há 30 anos e nunca tinha visto nada igual: uma senhora morreu, ela era cadeirante e o apartamento dela desmoronou. Isso foi no domingo e só conseguiram tirar o corpo dela no outro domingo”, lembra.

A aposentada também recorreu à antecipação de renda e diz que o dinheiro foi fundamental para sua sobrevivência. “Nós ficamos isolados.



Maria Tereza Amorim e sua irmã e sobrinha: dinheiro liberado na hora certa

Nada subia. Eu, que uso muletas, fiquei dez dias sem poder sair de casa, devido à chuva, lama e destroços. Houve falta de remédio na cidade, e eu tomo cinco a seis remédios caros todos os dias, além de nebulização e oxigênio. Nós ficamos sem água, luz, telefone, ônibus e até o oxigênio eu fiquei sem poder receber, porque lá em cima tinha muita barreira caída. Por isso eu tive que pegar essa antecipação para pagar meus remédios na rede privada”, destaca Vera Lúcio.

Amparo

A Previdência tem como missão amparar o trabalhador e sua família. E foi isso que aconteceu também no caso de Maria Tereza Amorim. “O meu bairro, graças a Deus, não foi afetado, mas a minha irmã perdeu muita coisa na enchente, a água quase cobriu o telhado. A turbina da usina próxima estourou e veio batendo em tudo pela frente. Por isso eu peguei o dinheiro que a Previdência estava disponibilizando para poder receber ela em minha casa, usei para reforçar o orçamento, já que estávamos com ela e a família em casa”, conta.

José Roberto da Silva, 52 anos, ainda sofre ao lembrar a perda de quatro pessoas da sua família. “Eu perdi quase toda a minha família, meu filho, meus sogros e meu sobrinho que moravam perto faleceram na tragédia. Meu filho de 16 anos ainda está desaparecido. Então o dinheiro da Previdência chegou na hora certa pra ajudar a gente, teve uma grande importância. Nós não tínhamos pagamento a receber naqueles dias, então o dinheiro da antecipação veio na hora certa mesmo”, relembra. Apesar da casa em que morava não ter sido tragada pela terra, seu José assistiu de perto a casa onde moravam seus

sogros, e estavam seu filho e um sobrinho, ser completamente destruída pela forte enxurrada.

Além das perdas familiares, que são irreparáveis, José Roberto perdeu também quase todos os pertences materiais. Ele usou o dinheiro que a Previdência Social antecipou para comprar itens básicos e sair da cidade de Nova Friburgo, uma das mais afetadas na região pelas fortes chuvas.

“Eu perdi tudo. Por isso resolvi ir para Angra dos Reis passar uns tempos com uma filha que mora lá. Usamos o dinheiro para comprar comida e para inteirar o pagamento da passagem para irmos embora, porque nós não tínhamos onde ficar. Só voltei para cá há quatro meses. Como minha esposa tem um filho dela que é especial e recebe o benefício do amparo, ela também pegou o empréstimo, aí reforçou ainda mais e pudemos ir”, relata.

A antecipação de renda serviu também para desbloquear o acesso à rua do senhor Giorgio Delle Piane, 68 anos. Ele foi o herói da vizinhança usando sua condição de aposentado para pedir o empréstimo sem juros e contratar um trator para limpar e desbloquear o caminho que leva até a sua localidade. “Como minha residência fica em uma localidade distante, a Prefeitura não iria fazer o serviço, se esperássemos íamos ficar isolados por muito tempo” destacou.

A importância da Previdência Social pode ser medida na ajuda às famílias necessitadas nos municípios. Segundo o levantamento realizado pelo Departamento do Regime Geral de Previdência Social, 73,50% dos municípios da região Sudeste recebem mais benefícios da Previdência Social do que recursos repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – ou seja, 1.226 municípios do total de 1.668 da região.



Imagens da tragédia que destruiu Nova Friburgo e deixou desabrigados

Atendimento em tempos difíceis

Ivone Robert Mota, gerente da APS de Nova Friburgo desde 2008 e funcionária do INSS desde 1976, relembra os dias difíceis que todos na cidade enfrentaram e a bravura dos servidores do INSS, que mesmo com suas vidas afetadas foram trabalhar sem condições de infraestrutura nenhuma. A APS de Friburgo também foi completamente inundada. “Não houve tempo de salvar quase nada, perdemos muita coisa”, relembra Ivone.

Mesmo com todas as dificuldades, a equipe retomou o atendimento aos segurados o mais rápido possível e trabalhou até mesmo no meio da rua para não parar o serviço. “Os servidores, mesmo abalados, atenderam ao chamado, muitos voltaram de suas férias para ajudar no atendimento”, destacou a gerente.

A própria Ivone, na tentativa de atender aos segurados que não podiam se deslocar até o andar superior da agência, que ficou preservado, sofreu uma queda que quase lhe custou a vida. “Eu estava descendo por uma escada improvisada, para atender uma pessoa quando caí”, conta.

Na APS, o trabalho de restauração ainda é longo, muitos documentos estão danificados e as instalações precisam de reformas urgentes, mas Ivone lembra com orgulho de que todos deram o máximo para que os segurados pudessem antecipar a renda e solicitar as diversas pensões por morte que surgiram na época.

Caminhando por Nova Friburgo e região, mesmo já tendo se passado mais de um ano da tragédia, ainda é possível ver o rastro de destruição que a força da natureza provocou. Conversar com os moradores deixa claro também que as cicatrizes emocionais permanecerão por muito tempo.

SUL

Auxílios mantêm aposentados no campo



Localizado na região metropolitana de Curitiba, a aproximadamente 70 km da capital paranaense, o município de Lapa ainda conserva ares de uma cidade calma do interior. As casas no típico estilo colonial e o centro histórico com calçamento de pedras são a marca registrada do município, onde quase não se ouvem buzinas de carros. Com uma extensão de 2.094 km², Lapa é considerada o quinto maior município do estado do Paraná. A principal atividade econômica local é a agricultura, voltada principalmente para o cultivo de soja, milho, feijão e batata. O município concentra também um pólo industrial próximo ao centro da cidade em pleno desenvolvimento e com atividades comerciais.

Segundo dados do último censo do IBGE (2010), Lapa conta com população de 44.932 habitantes. Deste total, 30,75% são idosos, um percentual expressivo se considerarmos o tamanho da população e as características do município. Esses idosos, em sua grande maioria, são aposentados e recebem mensalmente algum tipo de benefício da Previdência Social. Com o dinheiro que recebem do pagamento de suas aposentadorias e pensões eles acabam desempenhando um papel significativo na economia local, principalmente no comércio, que enxerga os aposentados como clientes certos todo mês.

A gerente de um supermercado em Lapa, Luciene Leineker, afirma que a movimentação e o consumo na loja aumentam bastante no final e início do mês, quando os aposentados recebem o pagamento e vão até o mercado fazer as compras. Ela revela que a loja recebe muitos aposentados da zona rural que vão até a cidade receber os benefícios e já



fazem as compras do mês. Segundo Leineker, os produtos mais consumidos por eles são as mercadorias da cesta básica: arroz, feijão, açúcar, óleo etc. "A maior parte dos nossos clientes

são aposentados e para a gente é muito bom, porque eles têm um rendimento que é certo. Aqui no mercado há uma procura muito grande por cadastro de cartão de compras e a maioria é de aposentados, porque é mais fácil conceder esse cartão para eles, que já que possuem uma renda certa. Acho que se não fossem eles ia diminuir bastante o movimento aqui na loja", explica a gerente.

Em 2011, a Previdência Social transferiu R\$ 60.462.324,00 para o município de Lapa, investimento quase quatro vezes superior ao do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que repassou R\$ 16.546.517,56 para a

cidade naquele mesmo ano. Ao realizar o pagamento dos benefícios para os aposentados, a Previdência acaba sendo uma das principais geradoras de renda no município e os comerciantes estão entre os principais beneficiados.

A aposentada Venair usa benefícios para o sustento e ainda ajuda o filho

Fotos: Lígia Borges Pereira

A região Sul lidera em percentual de municípios que mais recebem recursos da Previdência do que repasses do FPM



André Luiz
conta com a
Previdência
para melhorar
as vendas

Circulação de dinheiro

O gerente de uma loja de eletrodomésticos em Lapa, André Luiz Batista, afirma que as aposentadorias pagas pela Previdência movimentam o comércio de forma positiva e, segundo ele, os aposentados são bons clientes porque o índice

de inadimplência deles costuma ser muito baixo. “Nós temos uma carteira de cliente de aposentados bem boa aqui na loja. A maioria parcela as compras, mas a gente tem clientes que já fazem negócios diretamente com a loja, por meio do carnê de pagamentos mensal. Na hora de fazer o cadastro aqui na loja, o aposentado já tem 50% de aprovação porque é uma renda comprovada, basta apresentar o comprovante de pagamento de benefícios. E para a loja é ótimo ter clientes assim. Acredito que de todos os nossos clientes, 25% sejam aposentados ou pensionistas. Outra coisa muito boa: é difícil termos inadimplência dos aposentados, pois eles costumam pagar direitinho”, ressalta o gerente. Segundo ele, os produtos preferidos dos aposentados são os da linha branca: fogão, geladeira, máquinas de lavar etc.

O município de Lapa está situado a cerca de 900 metros acima do nível do mar, numa região de clima subtropical úmido com invernos em que as temperaturas costumam ficar abaixo de 10° C. A dona de uma das lojas de roupas da cidade, Ana Maria Rodrigues, diz que nos períodos frios o movimento de idosos na loja aumenta bastante. “Eles compram casacos, cachecóis, porque

Histórias da vida urbana e rural

Em janeiro de 2011, foi instalada em Lapa a primeira Agência de Previdência Social (APS). A unidade é parte do Programa de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), o qual prevê a construção de 720 agências em municípios com mais de 20 mil habitantes. A APS de Lapa atende também a moradores dos municípios vizinhos, entre eles o de Contenda. Hoje, a agência conta com dois servidores e um médico-perito, contratados do último concurso para ampliar o atendimento previdenciário.

A gerente da APS, Manoela Massignan, afirma que a agência atende a muitos segurados rurais. “Recebemos muitas pessoas da área rural que têm dúvidas em relação à documentação para requerer o benefício; inclusive estamos planejando uma ação do Programa de Educação

Previdenciária (PEP) nos assentamentos rurais próximos daqui para orientá-los sobre a documentação necessária”, explica.

Segundo a gerente da APS de Lapa, o contato com os aposentados na agência permite conhecer muitas histórias de vida. “Muitas famílias são sustentadas pelo benefício que eles recebem, conhecemos até casos de aposentados que ajudam a pagar a faculdade de filhos e netos”, comenta.

É o caso, por exemplo, do aposentado Celso Almeida, de 75 anos, que sempre trabalhou na lavoura. Aposentado desde 2002, ele diz que é com o dinheiro do benefício que sustenta a família e compra o material escolar para os dois filhos de oito e 12 anos estudarem. “É com esse dinheiro que faço mercado. As outras compras eu

nossa região é muito fria. Como temos a seção infantil aqui na loja, os idosos costumam comprar muitas lembrancinhas para os netos também”, revela a comerciante.

(FPM): dos 1.188 municípios da região, 881 recebem mais benefícios da Previdência, ou 74,16% do total.

Agricultura

Por ser um município em que a base da economia está centrada na agricultura, grande parte das pessoas trabalha com o cultivo de produtos agrícolas. Outra característica de Lapa é que a maioria dos benefícios pagos pelo INSS é de aposentadoria rural. A Previdência repassa mensalmente R\$ 2.367.045,93, com o pagamento de 4.042 benefícios para segurados rurais e R\$ 2.893.315,97 no pagamento de 3.523 benefícios para segurados urbanos. Ou seja, por mês, a Previdência transfere R\$ 5.260.361,90 para o pagamento de 7.565 benefícios em Lapa.

O levantamento realizado em 2011 pelo Departamento do Regime Geral de Previdência Social mostra que a região Sul é que recebe o maior percentual de recursos da Previdência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios



A gerente Luciene Leineker: comércio depende do INSS

divido no crediário aqui na cidade para pagar no fim do mês, sou eu sozinho para sustentar a casa. Meus dois filhos são pequenos, eles têm que estudar”, revela o aposentado enquanto observa o movimento das pessoas, sentado num banquinho na praça do Centro Histórico de Lapa.

Ajuda ao filho

A aposentada e pensionista de 66 anos, dona Venair Avelina Loiola, que reside em um sítio na zona rural do município, afirma que vai sempre à APS de Lapa para pegar o extrato que comprova a aposentadoria para poder ter acesso ao bilhete gratuito nas viagens interestaduais. A aposentada diz que vai sempre a São Paulo visitar os filhos e netos. Ela ajuda a sustentar o filho mais novo,

que ficou impossibilitado de trabalhar no campo após ter sido picado por uma cobra. “Esse meu filho é casado, mas como ele não consegue pegar pesado na lavoura, de vez em quando eu ajudo ele, compro uma cesta básica lá para a casa dele”, relata a aposentada.

O ritmo calmo típico de cidade do interior, as ruas estreitas, o calçamento de pedras, a praça central e as típicas araucárias ao redor da cidade - somados ao fato de o município ter sido considerado o reduto da resistência contra o movimento revolucionário separatista que buscava maior autonomia dos estados do Sul no episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa - fazem de Lapa uma cidade bastante apreciada pelos seus moradores e um lugar “bom para viver”, segundo muitos dos seus idosos.

“A Previdência tirou 23 milhões de pessoas da pobreza”

Para o secretário de Políticas da Previdência Social, Leonardo Rolim, os repasses da Previdência Social para os pequenos municípios promovem uma transferência de renda, não só das pessoas mais ricas para as mais pobres, mas também das regiões mais ricas para as mais necessitadas e dos municípios mais ricos para aqueles mais pobres. Ou seja, é uma justiça social que beneficia as famílias daqueles locais com menor estrutura e mais necessitados.

“Nós temos um levantamento, com base na PNAD 2009 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, que mostra que, se não houvesse essa transferência de renda da Previdência, nós teríamos 23 milhões a mais de pobres no Brasil. Ou seja, a Previdência, com seus repasses, tirou 23 milhões de pessoas da pobreza”, ressalta.

Qual a sua avaliação em relação a esses dados que comparam repasses da Previdência e do FPM?

A Previdência repassa mais recursos que o FPM para mais de 67% dos municípios, que são justamente aqueles municípios mais pobres, municípios de interior. Então, é uma transferência de renda, não só das pessoas mais ricas para as mais pobres, mas das regiões mais ricas para as mais pobres e, dentro

da própria região, dos municípios mais ricos para os mais pobres. É um grande programa de distribuição de renda entre classes e, também, espacial, entre regiões e entre municípios.

Na prática, como ocorre a distribuição de renda?

Os municípios mais ricos têm empregos de melhor qualidade, empresas maiores e mais produtivas, que pagam maiores salários. Já os municípios mais pobres têm uma economia baseada na agricultura familiar e em pequenos negócios, que tendem a ser menos produtivos e pagar menores salários. Então, em algumas cidades, a arrecadação não seria suficiente para pagar os benefícios das pessoas. Aí entra a distribuição. A partir do momento que em que a contribuição das cidades mais ricas ajuda, por exemplo, a honrar com os benefícios nas regiões mais pobres.

O desenho da arrecadação e pagamento de benefícios da Previdência leva a isso, na medida em que a arrecadação é maior para os maiores

salários e é menor tanto para os menores salários como para aqueles setores mais frágeis da economia, como, por exemplo, as micro e pequenas empresas (elas pagam menos), os empreendedores individuais, as donas de casa de famílias de baixa renda, o plano simplificado de

“Os repasses da Previdência geram empregos nas pequenas cidades e mantêm as pessoas no campo. Sem os benefícios, teríamos uma migração maior e muito menos emprego nessas localidades, pois eles aquecem a economia local”

Leonardo Rolim
Secretário de Políticas
de Previdência Social



Elza Flúza/Abr

contribuição autônoma. Então, essas categorias que, geralmente, têm menor renda contribuem com alíquota menor do que aquelas que têm maior renda. Daí você tem um modelo de transferência de renda via arrecadação.

Via benefício mais ainda, na medida em que você tem um piso, independentemente do valor com que a pessoa contribuiu ao longo da vida, no mínimo ela vai receber o piso previdenciário. Isso faz que aquelas pessoas que tiveram uma contribuição menor, que tiveram um salário menor, tenham um benefício maior do que com o que elas contribuíram. E de outro lado você tem um teto de benefício, para pessoas que têm uma renda mais elevada. Isso também tem efeito de transferência.

Além disso, você tem um papel importante do segurado especial. A contribuição é pequena, quase simbólica, e esse contribuinte individual representa um percentual grande dos benefícios nos pequenos municípios do interior.

É como se os municípios mais ricos socorressem os mais pobres?

Sim. E a transferência das cidades mais ricas para as mais pobres, inclusive, acaba sendo um instrumento importante para reduzir a migração das pessoas das pequenas cidades para os grandes centros. Na medida em que contemplamos os trabalhadores rurais nesse sistema de distribuição de renda, damos um estímulo para que eles continuem no campo produzindo e não precisem procurar as regiões metropolitanas em busca de emprego.

É possível fazer uma análise da situação desses municípios, caso eles não tivessem o

repasso da Previdência e contassem somente com o FPM?

Seguramente teríamos boa parte desses municípios perdendo muita população, porque a Previdência tem sido um instrumento importante para manter essas pessoas no campo e nas pequenas cidades. Nós teríamos uma migração maior e muito menos emprego nessas cidades porque essa renda que a Previdência repassa também gera empregos. Ela aquece a economia local, gera emprego no comércio, na área de serviços, até mesmo em pequenas indústrias, que são movimentadas pela renda que a Previdência gera.

Uma pesquisa do ministério mostra que muitos estariam abaixo da linha da pobreza.

É verdade. Nós temos um levantamento, com base na PNAD 2009, que mostra que, se não houvesse essa transferência de renda da Previdência, nós teríamos 23 milhões a mais de pobres no Brasil. Ou seja, a Previdência, com seus repasses, tirou 23 milhões de pessoas da pobreza.

Como esse dinheiro repassado pela Previdência é utilizado? Onde ele é aplicado?

Quando falamos de pessoas de baixa renda, falamos de pessoas que têm necessidades básicas de consumo. Muito pouco disso vai para poupança. A grande maioria desses recursos vai para consumo. E consumo local, gerando o efeito renda – são os empregos que são gerados pelo consumo dessas pessoas. Ou seja, essas pessoas consomem ali na sua própria comunidade, gerando empregos e movimentando a economia local.

Plano de Expansão aproxima população da Previdência Social

Nos últimos anos, 188 novas agências foram inauguradas em todo o País, evitando o deslocamento das famílias por longas distâncias em busca de atendimento

Acompanhada dos filhos José Mateus, de cinco anos, e Murilo Ruan, de apenas sete meses, a marisqueira Rosilene Rodrigues Marques, 24 anos, aguarda atendimento na Agência da Previdência Social (APS) no município de Touros (RN). A segurada conta que agendou avaliação social para o filho mais velho, que é epilético, e foi atendida em três dias. Rosilene é uma das mais de 60 mil pessoas beneficiadas com a APS, que atende também aos municípios de São Miguel do Gostoso, Rio do Fogo e Maxaranguape.

A agência, inaugurada em abril de 2011, integra o Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), que já beneficiou 188 municípios em todo o Brasil nos últimos anos. Com isso, os moradores dessas cidades não precisam mais percorrer longas distâncias em busca de atendimento.

Para o pescador Pedro Garcia, morador da praia de Perobas, em Touros, a APS melhorou e facilitou a vida da população. “Agora, resolvemos nossos problemas aqui mesmo, sem precisar se deslocar 100 quilômetros, até a capital Natal”, comemora.

Fotos: JB Azevedo



Novas agências da Previdência facilitam o atendimento da população



Os segurados são atendidos por uma equipe de quatro servidores, sendo três técnicos do Seguro Social, uma perita médica e dois estagiários. Segundo Hudson Bento, gerente da APS, a unidade faz uma média de 50 atendimentos diários e concede, principalmente, benefícios de salário maternidade e aposentadoria rural. No Rio Grande do Norte, está prevista a construção de 10 novas APS. Além de Touros, o município de Baraúna recebeu uma agência do PEX no estado.

Francisco das Chagas Sousa, servidor da Previdência Social há 29 anos, personifica com exatidão a mudança no estilo e na rotina de atendimento à população. Cioso de sua responsabilidade, faz questão de verificar e orientar detalhadamente as pessoas que comparecem todos os dias ao balcão de atendimento da perícia médica da APS de Touros. “Esta é a minha vida, onde eu me realizo, por isso procuro fazer bem feito”, declara.

Paraná

Moradora do município de Lapa (PR), dona Maria Rosa Silveira Ramos é pensionista do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) desde 2002, quando o marido faleceu. Na época, a filha teve que se deslocar a cerca de 70 km, até Curitiba (PR), para dar entrada no requerimento do benefício, pois a cidade ainda não contava com uma unidade do INSS.

Desde janeiro de 2011, no entanto, os moradores do município contam com uma agência, inaugurada pelo Plano de Expansão, para tratar de suas

“Tenho uma amiga que trabalha na lavoura e quer se aposentar. Ela está feliz porque na agência do INSS explicaram tudo sobre como conseguir o benefício. Nem precisou sair da cidade”

questões com a Previdência Social. “Tinha muita pena das pessoas mais humildes que, para tratar da papelada da aposentadoria, tinham que gastar passagem, dinheiro que nem tinham e tempo”, enfatiza Maria Rosa. A unidade de Lapa beneficia também os moradores do município de Contenda, o que beneficia uma população estimada em 60 mil pessoas na região.

“Tenho uma amiga que trabalha na lavoura e quer se aposentar. Ela está feliz da vida porque foi na agência do INSS e explicaram tudo sobre como conseguir o benefício. Nem precisou sair da cidade pra resolver isso”, conta Maria Rosa.

Das 38 unidades previstas para serem construídas no Paraná, 14 já foram inauguradas. Antes da expansão, a rede de atendimento no estado era formada por 53 unidades fixas. Quando o PEX estiver totalmente implantado, os segurados paranaenses contarão com mais de 90 agências da Previdência Social, o que irá facilitar o atendimento dos segurados, tornado mais próxima deles a Previdência Social.

A Previdência tem investido forte na abertura de novas agências em todo o País



Sebastião da Luz, ao lado do gerente Adão Oliveira, é um dos beneficiados em Goiás

Goiás

Em junho deste ano, a população de Jussara, no interior de Goiás, ganhou uma APS do Plano de Expansão, que vem sendo executado em todas as regiões do País.

Entre os beneficiados está o aposentado rural Sebastião da Luz, 57 anos, que não precisa mais se deslocar cerca de 100 km até a APS do município de Goiás Velho (GO) para ter acesso à Previdência Social.

“Os benefícios mais procurados e, obviamente, com maior número de concessão na nova agência são os rurais”, destaca o gerente da agência, Adão Oliveira.

Além de Jussara, a nova APS atende também aos habitantes dos municípios de Britânia, Matrinchã e Santa Fé de Goiás, totalizando mais de 30 mil pessoas.

A Previdência Social já instalou 13 novas agências em Goiás – o que elevou o número de APS para 53. Ao todo, está prevista a construção de 19 APS no estado.

Mais municípios são beneficiados

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) já beneficiou 188 cidades do interior do País, que receberam sua primeira Agência da Previdência Social, até o mês de julho. Com as novas APS, a Previdência Social passou a contar com mais de 1,3 mil unidades fixas.

O Plano de Expansão prevê a construção de 720 novas agências em todo o País, em municípios com mais de 20 mil habitantes, que não possuem unidades fixas com a oferta de todos os serviços previdenciários.

O INSS está construindo as novas agências e, como contrapartida, as prefeituras doam os terrenos, que precisam ser legalizados após aprovação pelos legislativos locais. Os terrenos onde são instaladas as agências devem ter área mínima de 1 mil metros quadrados e localização de fácil acesso à população.

A criação de novas agências pelo PEX torna mais democrático o acesso do segurado aos serviços previdenciários. A construção das novas unidades irá estender a presença da Previdência Social a mais de 1,6 mil cidades brasileiras. Além de reforçar o atendimento, as novas APS estão contribuindo para reduzir as distâncias que os segurados têm que percorrer em busca dos serviços previdenciários.

Agências do PEX inauguradas até julho

Feijó	AC	Pentecoste	CE	Carai	MG	Touros	RN
Campo Alegre	AL	Tauá	CE	Carlos Chagas	MG	Tanguá	RJ
Junqueiro	AL	Baixo Guandu	ES	Várzea da Palma	MG	Silva Jardim	RJ
Limoeiro de Anadia	AL	Mimoso do Sul	ES	Caarapó	MS	São Francisco do Itabapoana	RJ
São José da Laje	AL	Alexânia	GO	Anastácio	MS	Sarandi	RS
São Sebastião	AL	Bela Vista	GO	Nova Mutum	MT	Forquilha	SC
Teotônio Vilela	AL	Goianira	GO	Guarantã do Norte	MT	Xaxim	SC
Traipu	AL	Goiatuba	GO	Colniza	MT	Canindé de São Francisco	SE
Autazes	AM	Itaberaí	GO	Peixoto de Azevedo	MT	Itabaianinha	SE
Presidente Figueiredo	AM	Jaraguá	GO	Queimadas	PB	Poço Redondo	SE
Lábrea	AM	Pirenópolis	GO	Alagoa Grande	PB	Poço Verde	SE
Oiapoque	AP	São Miguel do Araguaia	GO	Bananeiras	PB	Agudos	SP
Porto Grande	AP	Senador Canedo	GO	Mari	PB	Américo Brasileiro	SP
Beberibe	BA	Cristalina	GO	Pedras de Fogo	PB	Artur Nogueira	SP
Ibicaraí	BA	Piracanjuba	GO	São Bento	PB	Bariri	SP
Itabela	BA	Itapuranga	GO	Águas Belas	PE	Barra Bonita	SP
Mucuri	BA	Valparaíso de Goiás	GO	Bodocó	PE	Brotas	SP
Prado	BA	Amarante do Maranhão	MA	Cabrobó	PE	Campo Limpo	SP
Barra do Choça	BA	Governador Nunes Freire	MA	Caetés	PE	Cerquillo	SP
Campo Alegre de Lourdes	BA	Cururupu	MA	Cupira	PE	Cravinhos	SP
Cândido Sales	BA	Estreito	MA	Exu	PE	Dois Córregos	SP
Encruzilhada	BA	Itinga	MA	Flores	PE	Guariba	SP
Formosa do Rio Preto	BA	Santa Rita	MA	Floresta	PE	Ibaté	SP
Iguaí	BA	Penalva	MA	Ipubi	PE	Igarapu do Tietê	SP
Irará	BA	Humberto de Campos	MA	São João	PE	Itaí	SP
Itambé	BA	Timon	MA	São José do Belmonte	PE	Jarinu	SP
Itororó	BA	Andradas	MG	Sertânia	PE	Laranjal Paulista	SP
Mutuípe	BA	Arcos	MG	Trindade	PE	Martinópolis	SP
Paratinga	BA	Belo Oriente	MG	Pedro II	PI	Morro Agudo	SP
Queimadas	BA	Buritis	MG	União	PI	Nova Odessa	SP
Santa Maria da Vitória	BA	Carmo do Paranaíba	MG	Andirá	PR	Pederneiras	SP
Santo Estêvão	BA	Cláudio	MG	Arapoti	PR	Pirajú	SP
São Desidério	BA	Conceição das Alagoas	MG	Astorga	PR	Pirajuí	SP
Anagé	BA	Espera Feliz	MG	Cambará	PR	Pitangueiras	SP
Calculé	BA	Ibiá	MG	Campina Grande do Sul	PR	Rio das Pedras	SP
Santa Rita de Cássia	BA	Itamarandiba	MG	Coronel Vivida	PR	Santa Cruz das Palmeiras	SP
Valente	BA	Itambacuri	MG	Imbituva	PR	Santo Anastácio	SP
Paraipaba	CE	Itaobim	MG	Lapa	PR	São Manuel	SP
Araripe	CE	Santa Bárbara	MG	Mandaguari	PR	São Pedro	SP
Coreaú	CE	Jequitinhonha	MG	Paiçandú	PR	Tanabi	SP
Forquilha	CE	Sacramento	MG	Palotina	PR	Taquarituba	SP
Horizonte	CE	Santa Rita do Sapucaí	MG	São Miguel do Iguaçu	PR	Valparaíso	SP
Irauçuba	CE	São Gonçalo do Sapucaí	MG	Pinhais	PR	Colinas do Tocantins	TO
Missão Velha	CE	São Gotardo	MG	Prudentópolis	PR	Guaraí	TO
Orós	CE	São João do Paraíso	MG	Espigão D'Oeste	RO		
Paracuru	CE	Taiobeiras	MG	Alta Floresta d'Oeste	RO		
Santana do Acaraú	CE	Nepomuceno	MG	Presidente Médici	RO		
São Gonçalo do Amarante	CE	Mateus Leme	MG	Baraúna	RN	Nº de APS inauguradas =	188

Formalização é uma aposta de bons negócios

Programa deve chegar ao fim do ano com quase 3 milhões de cadastros. O acesso aos benefícios da Previdência Social está entre os principais motivos da formalização

Desde que foi lançado, em julho de 2009, o Programa Empreendedor Individual já trouxe para a formalidade mais de 2,6 milhões de trabalhadores por conta própria que montaram seus negócios e estão fazendo sucesso com suas microempresas. É o caso, por exemplo, da doceira Benedita Côrrea, 49 anos, que ouviu falar do programa e foi em busca de mais informações para melhorar a qualidade dos doces oferecidos aos seus clientes. Ela aproveitou as atividades da Semana do Empreendedor Individual, realizada no mês de julho em todo o País, para acompanhar as capacitações e já saiu do evento com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Dona Benedita conta, entusiasmada, que uma das suas grandes preocupações sempre foi estar amparada pela cobertura da Previdência Social. “Acabei descobrindo que posso contribuir para a Previdência pagando mais barato sendo uma empreendedora individual. Depois que saí do meu emprego em casa de família, meu sonho era voltar a contribuir para a Previdência e poder

ter minha aposentadoria garantida no futuro”, explica a doceira.

Assim como dona Benedita, o trabalhador por conta própria que se cadastra como empreendedor individual passa a ter acesso a uma série de vantagens que começam com a aquisição do CNPJ, o que facilita, por exemplo, o acesso a produtos e serviços bancários como pessoa jurídica, inclusive com a obtenção de crédito com taxas de juros diferenciadas. Com o CNPJ, o trabalhador também pode negociar preços e obter melhores condições na compra de mercadorias para revenda, conseguindo prazos e margens de lucro mais vantajosas.

Outra grande vantagem para o empreendedor individual é a possibilidade de emitir a nota fiscal de venda para outras empresas ou para o governo, além do apoio técnico e consultoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Do ponto de vista da proteção social, o trabalhador e sua família passam a contar com a cobertura da Previdência Social, com direito aos seguintes benefícios: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.

Facilidades

O cadastro como empreendedor individual é muito simples. O trabalhador que não teve a oportunidade de participar das atividades da Semana do Empreendedor pode realizar a sua inscrição acessando o Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br) na internet. Em menos de dez minutos e sem qualquer custo é possível se formalizar e obter o CNPJ. É o

William Gomes
foi um dos
empreendedores
que deixou a
informalidade





que fez o vendedor de sapatos William Gomes, 33 anos. Ele relata que a falta de orientação o deixou na informalidade durante anos. “Achei que o registro de uma empresa só pudesse ser feito se a pessoa tivesse uma loja. Regularizar meu negócio foi o primeiro passo para o meu sonho. Agora posso registrar a minha marca, oferecer garantia ao meu produto e ter o apoio do meu fornecedor, fora as outras vantagens, como ter direito à aposentadoria, contribuindo com muito menos”, afirma o vendedor.

O custo mensal para o empreendedor formalizado é de R\$ 31,10 para a Previdência (5% do salário mínimo), mais R\$ 5,00 para aqueles que atuam como prestadores de serviço, ou R\$ 1,00 para os que trabalham no comércio e indústria. O empreendedor imprime o carnê de contribuição no próprio Portal do Empreendedor.

Para ser considerado empreendedor individual, o empresário por conta própria precisa ter faturamento bruto anual de até R\$ 60 mil e contar com até um trabalhador com carteira assinada. Além disso, o microempresário precisa desempenhar uma das atividades que são consideradas ocupações do empreendedor individual. Está disponível no Portal do Empreendedor uma lista com quase 500 atividades; dentre estas estão o vendedor de cosméticos, o cabeleireiro, a manicure, a doceira, o pipoqueiro, a costureira, o ambulante, o artesão, o borracheiro, o mecânico e outras. Estão fora da lista profissões regulamentadas, como advogados, médicos, engenheiros, jornalistas etc.

O Programa Empreendedor Individual deve chegar ao final do ano com quase três milhões de formalizações, o que demonstra a força crescente desse segmento na economia do País.

Benedita Corrêa diz que uma das preocupações foi estar amparada pela cobertura da Previdência Social

55%

Índice de empreendedores individuais que aumentaram o faturamento após a formalização

94%

Recomendam a formalização como boa iniciativa para a melhoria dos negócios

5%

Aumentaram as vendas para o governo após a formalização

24%

Melhoraram o relacionamento com órgãos públicos, principalmente prefeituras

54%

Investiram mais em seus negócios depois de obterem a formalização

52%

Obtiveram empréstimos junto à rede bancária em todo o País

93%

Conseguiram realizar operações de microcrédito

70%

Percentual dos empreendedores apostam em perspectiva de crescimento dos negócios



Avanço em todas as regiões

Atualmente, apenas dez dos 5.565 municípios brasileiros não têm empreendedores individuais, mas esse número pode cair diante do trabalho conjunto do governo. “Com a combinação de geração de empregos e formalização foi possível conseguir uma expressiva ampliação da cobertura previdenciária, que subiu de 64,6% da população ocupada, em 2000, para 70,8% em 2010, conforme dados dos Censos 2000 e 2010. Podemos dizer que o modelo de desenvolvimento brasileiro busca compatibilizar crescimento econômico sustentado com melhoria na distribuição de renda e redução da pobreza, geração de empregos formais, diminuição da informalidade, ampliação da proteção social e sustentabilidade fiscal”, explica o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

Levantamento recente realizado pelo Sebrae mostra que o Programa Empreendedor Individual vem se consolidando como um importante instrumento de inclusão social. Os próprios empreendedores têm divulgado as vantagens da formalização junto a vizinhos e colegas, o que ajuda a disseminar as informações.

Considerando um universo de 11,5 mil empreendedores, a pesquisa revelou que há uma interpretação equivocada de que os empreendedores individuais concentram-se em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De acordo com o estudo, metade dos empreendedores individuais formalizados no País está concentrada na região Sudeste, com grande representação feminina, equivalente ao percentual da população brasileira. São Paulo (649.876) é o estado que concentra a maior parte destes empreendedores, seguido do Rio de Janeiro (325.884) e Minas Gerais (278.346).

Segundo o Sebrae, os dados demonstram a melhoria no ambiente de negócios, os empreendedores legalizados encontram novas oportunidades com a venda de seus produtos aos governos e prefeituras municipais, pois agora podem emitir notas fiscais, além de assegurarem o seu futuro com a Previdência Social. Eles passam a existir de fato e de direito, podendo promover seus produtos onde antes não tinham acesso.

De acordo com o levantamento, o nível de escolaridade dos empreendedores individuais é superior à média brasileira, com nível médio e técnico chegando a 50% do universo, desempenhando atividades de manutenção e reparação que requerem maior grau de instrução. Os empreendedores estão

concentrados em uma faixa etária jovem - um terço deles, ou 33%, tem entre 30 e 39 anos, idade produtiva considerada forte. Se for ampliada a faixa etária entre 18 e 49 anos, teremos aí um universo de 80% a 90% dos empreendedores individuais formalizados.

O comércio concentra a maior parte destes trabalhadores, abrangendo 39% da força de trabalho, o setor de serviços concentra 36% da mão-de-obra. O comércio engloba artigos de vestuário e acessórios, lanchonetes, a atividade de açougueiros, entre outros. Já o setor de serviços abrange empreendedores que trabalham como bike boys, bike propagandistas, cabeleireiros, cobrador de dívidas, coveiros, entre outros. O modelo de negócio está focado no empreendedor. Ele é o próprio negócio, vai até o cliente ou vice-versa. Para comprovar essa tese, 43% dos empreendedores desenvolvem suas atividades na própria casa, uma realidade característica desse tipo de negócio, destaca o estudo do Sebrae, mostrando que um terço dos empreendedores já está em estabelecimentos comerciais.



Cobertura Previdenciária é um incentivo

Entre os motivos que levam a maioria dos empreendedores a se formalizar estão as vantagens do registro e os benefícios da Previdência Social, revela a pesquisa do Sebrae. A figura do empreendedor individual surge muito associada com aposentadoria, com a seguridade social, pois desde o início o programa foi divulgado como um fator de inclusão, de formalização previdenciária, principalmente.

Apesar de um terço dos formalizados considerar bons esses benefícios previdenciários, as vantagens comerciais (CPNJ, possibilidade de comercialização dos produtos para o governo e prefeituras e acesso ao crédito bancário) têm grande peso na decisão do trabalhador de buscar a formalização: quase 70% dos entrevistados levaram em conta primeiramente essas vantagens na hora de se formalizar.

De acordo com a pesquisa, 55% dos entrevistados responderam que o seu faturamento aumentou após a formalização. Entre os motivos que levaram à melhoria das contas estão a possibilidade de comprar mais barato sem precisar negociar com agiotas e de vender em maior quantidade para empresas e também de poder vender para o governo.

Os investimentos feitos pelos empreendedores em seus negócios após a formalização também são significativos: 54% responderam que investiram mais. Também houve maior controle financeiro, fluxo de caixa, com aumento de 52%.

A pesquisa revelou também muito otimismo em relação ao Programa Empreendedor Individual: 70% apostam em perspectiva de crescimento nos próximos anos. Com a melhoria dos negócios pós-formalização, 94% dos entrevistados recomendam a adesão ao Programa Empreendedor Individual, o que mostra confiança dos entrevistados no sistema.

“O modelo de negócio está focado no empreendedor. Ele é o próprio negócio, vai até o cliente ou vice-versa. Para comprovar essa tese, 43% dos empreendedores desenvolvem suas atividades na própria casa, uma realidade característica desse tipo de negócio”

Grupo de Trabalho vai monitorar sustentabilidade

Devido ao crescimento e formalização dos trabalhadores foi instituído um Comitê Gestor que ficará responsável por acompanhar a evolução do Programa do Empreendedor Individual e monitorar os entraves à expansão. Entre as ações do comitê estão o acompanhamento das medidas visando à sustentabilidade e o crescimento dos empreendedores individuais. O comitê também avaliará o impacto do programa sobre a formalização, inclusão previdenciária e geração de renda.

Outras funções do grupo de trabalho são acompanhar e avaliar o acesso ao crédito e mercado dos trabalhadores inscritos no programa. Também cabe ao grupo propor aos ministros de Estado, ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) e ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legislação de Empresas e Negócios (CGSIM) medidas visando ao aprimoramento do programa.

Fazem parte do Grupo de Trabalho representantes dos ministérios da Previdência Social (MPS), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Trabalho e Emprego (MTE) e da Fazenda (MF), do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Sebrae. A missão é avaliar os principais pontos do programa e buscar a sua melhoria.

Os demais integrantes são do Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Associação Brasileira dos Municípios (ABM), Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

ARTIGO

O novo empreendedor brasileiro

Há uma nova categoria de empresários no Brasil. Na maioria, são empreendedores entre 25 e 39 anos, com ensino médio ou técnico completo, que trabalham sozinhos em casa, faturam até R\$ 5 mil por mês e têm no seu negócio sua única fonte de renda. Estes são os Empreendedores Individuais, que já somam cerca de 2,5 milhões de brasileiros.

Em sua maioria, são vendedoras de roupas, cabeleireiras, prestadores de serviços de construção civil, donos de lanchonetes, minimercados, entre outras centenas de atividades. Ao se tornarem Empreendedores Individuais, são incluídos na economia formal e passam a ter direitos como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade. Tudo isso com uma carga tributária mensal reduzida: eram cerca de R\$ 60 por mês, que caíram ainda mais para R\$ 35 mensais, por decisão da presidenta Dilma no dia em que se atingiu o primeiro 1 milhão de Empreendedores Individuais, em março de 2011.

Em apenas três anos da lei do Empreendedor Individual em vigor no País todo, pode-se perceber que essa é uma equação em que todos ganham: o empreendedor, porque passa a atuar no mercado formal e com todos os direitos assegurados. E a Previdência, particularmente, considerando-se que a contribuição dessas pessoas simplesmente inexistia antes da formalização. É um exemplo positivo de que a melhoria do ambiente legal e tributário traz uma resposta efetiva para a economia como um todo.

Para conhecer melhor o perfil da categoria, o Sebrae fez uma pesquisa nacional com 11,5 mil entrevistados em todas as capitais e municípios de

Luiz Barretto*Diretor-presidente do Sebrae Nacional*

grande, médio e pequeno portes. Entre os dados levantados, surpreendeu o motivo que levou a maioria das pessoas a se tornarem Empreendedores Individuais: sete em cada dez empreendedores queriam trazer seus negócios para a formalidade, emitir nota fiscal, ter um CNPJ. Essa razão foi maior do que obter os benefícios da Previdência, como se imaginava.

Aí está um indicativo saudável do brasileiro empreendedor, que busca a dignidade, cidadania, e que só estava na ilegalidade porque não havia um instrumento jurídico que viabilizasse sua entrada na economia pela porta da frente. A tendência é que esses primeiros formalizados sejam multiplicadores das vantagens: 94% deles recomendam a inscrição como Empreendedor Individual. Para mais da metade daqueles que se formalizaram, o faturamento aumentou, os investimentos foram ampliados e o controle financeiro também foi aperfeiçoado.

E 70% já planejam ampliar o faturamento e se tornar microempresários. O que, de fato, já aconteceu com quase 50 mil empreendedores que ultrapassaram o limite de faturamento anual, contrataram mais de um funcionário, abriram filiais etc.

Tão ou mais importante que a formalização é capacitar esses novos empresários para gerir seu negócio, enfrentar a concorrência e ter condições de fazer sua empresa perdurar e crescer. A pesquisa nos apontou questões fundamentais. Uma delas é o fato que precisamos ser proativos, levar o conhecimento até o empreendedor, no seu local de trabalho, na sua comunidade. Como mais da metade deles trabalha sem a ajuda de funcionários ou da família, ele não pode se deslocar para fazer um curso, por exemplo, porque isso significaria abrir mão de um dia de faturamento.

Particularmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a formalização desses negócios ganha uma importância ainda maior. Nessas regiões, a proporção de Empreendedores Individuais supera a de micro e pequenas empresas. Por isso, vemos com bastante otimismo o efeito dos novos empreendedores para a economia nessas localidades.

Há ainda uma parcela de 7% dos Empreendedores Individuais que são beneficiários do Bolsa-Família. Isso demonstra que o empreendedorismo pode ser uma das portas de saída para os programas sociais do governo federal. Outros atuais beneficiários podem também ter perfil empreendedor que precisa ser descoberto e incentivado.

Claro que ainda há desafios a vencer. Um deles é ampliar o conhecimento e o acesso ao crédito bancário, já que 90% dos Empreendedores Individuais sequer buscam financiamentos para capital de giro ou para investir no negócio próprio. A boa notícia é que 52% deles conseguiram financiamento. O sistema bancário – em especial os bancos públicos – devem estar atentos a essa demanda, que tende a crescer e se tornar um importante nicho de negócios. É fundamental ter uma linha de crédito com condições especiais, mas somente isso não basta. Para os bancos, também vale a lógica de busca ativa desse cliente, do contrário o Empreendedor Individual não irá se deslocar até a agência.

O Brasil cresceu, tem uma nova classe média, passou a contar com um invejável mercado interno de mais de 100 milhões de consumidores. Os Empreendedores Individuais são parte dessa recente realidade. Eles são o retrato de um País digno, trabalhador e que ainda quer crescer muito mais.

Donas de casa mineiras lideram as adesões

Já são mais de 41 mil trabalhadoras oriundas de famílias de baixa renda filiadas à Previdência Social no estado. No País, já chegam perto de 300 mil

A adesão das donas de casa de famílias de baixa renda à Previdência Social vem crescendo em todo o País. A meta do governo era atingir 200 mil inscrições até o final do ano. Essa marca foi alcançada já no mês de março de 2012. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), em junho o número de donas de casa de baixa renda em todo o País já era de 283.562. O estado com maior número de cadastros de donas de casa de baixa renda é Minas Gerais (41.342).

A mineira Taís Aline da Silva, 19 anos, faz parte dessa estatística. Nascida em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, há dois anos se mudou para o município de Contagem, que fica na região metropolitana de Belo Horizonte. A história dessa dona de casa com a Previdência Social começa com o nascimento da pequena Emily Vitória, hoje com três meses. No início da gravidez, Taís foi informada pela equipe de assistentes sociais do município que, mesmo sem trabalhar, poderia ser segurada do INSS, pagando apenas 5% do salário mínimo. Como estava cadastrada no Programa Bolsa Família e já tinha cinco meses de contribuição previdenciária de um período trabalhado anteriormente, Taís precisava contribuir outros cinco meses para cumprir o tempo de carência e ter direito ao salário-maternidade.

“Nem acreditei no que estava acontecendo. Com o apoio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) corri atrás dos documentos, consegui dinheiro emprestado e paguei o INSS no mesmo dia, na casa lotérica”, conta a dona de casa. Segundo o coordenador do Programa de Educação Previdenciária (PEP)

em Contagem, Antonio Cláudio da Silva, “ela precisava de mais cinco contribuições e se perdesse o prazo não cumpriria a carência até o nascimento da criança”.

Logo após o nascimento de Emily Vitória, o marido de Taís agendou o atendimento pela Central 135. “Esperei receber a carta, que chegou após 15 dias, e já vou receber a terceira parcela do salário-maternidade. Foi maravilhoso, chegou numa hora ótima, pois a gente estava sem condições mesmo”, se emociona a dona de casa, contando que já conseguiu ressarcir o dinheiro que tomou emprestado para pagar as contribuições que ainda faltavam. Taís destacou que o valor reduzido foi definitivo para que pudesse voltar a pagar o INSS e que vai continuar contribuindo. “Posso ficar mais tempo em casa, cuidando da Emily. E se eu adoecer, ou acontecer alguma coisa comigo, minha família está protegida”, completa.

Público potencial

A estimativa da SPPS é de que haja um público potencial de 497.820 mulheres mineiras que se enquadram no perfil de dona de casa de família de baixa renda.

Desde outubro de 2011, a dona de casa de família de baixa renda que realiza o trabalho doméstico na própria residência pode se filiar à Previdência Social contribuindo com alíquota reduzida de 5% do salário mínimo (hoje R\$ 31,10). Para isso, basta que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e tenha renda mensal de até dois salários mínimos (hoje R\$ 1.244).

Desde outubro de 2011, quando foi instituída a contribuição reduzida para o segurado facultativo de baixa renda, a adesão dos segurados mineiros tem sido crescente. Já no primeiro mês o número de cadastros foi de 978. Entre outros estados com grande potencial de inscrições estão São Paulo (38.902), Paraná (24.394), Rio Grande do Sul (20.186) e Bahia (15.695).

A adesão das donas de casa de família de baixa renda deve crescer ainda mais depois da parceria entre o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para utilizar os dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que é o cadastro do Bolsa-Família e dos programas sociais do governo federal. Essas informações serão utilizadas para a elaboração de políticas e campanhas voltadas para este público. Estima-se que haja um público potencial de seis milhões de donas de casa de família de baixa renda em todo o País. A meta do governo é atingir 1 milhão de formalizações de donas de casa de família de baixa renda até 2015.

“As adesões estão superando a nossa expectativa. Mesmo com o encerramento da campanha de divulgação, o número está crescendo substancialmente, ou seja, as pessoas continuam divulgando, uma divulgação boca a boca, e o programa continua crescendo, mas ainda está longe do potencial que nós temos para alcançar”, avalia o secretário de Políticas da Previdência Social, Leonardo Rolim.

A inscrição do segurado facultativo de baixa renda, homem ou mulher, pode ser realizada por meio da Central 135. Esses segurados têm direito à aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.



Taís, com a filha Emily, aderiu ao programa e diz que os repasses facilitaram a sua vida

O estado com maior número de cadastros de donas de casa de baixa renda é Minas Gerais, com 41.342 adesões

Banco de dados nacional unifica informações

Cadastro desenvolvido pelo governo federal permite o cruzamento de dados dos servidores federais e dos estados e municípios, o que ajuda a combater fraudes e irregularidades

A Previdência Social aperta o cerco ao recebimento ilegal de proventos e fraudes promovidas no serviço público, com o início do carregamento de dados dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para o Cadastro Nacional de Informações Sociais dos RPPS, CNIS-RPPS. O cadastro está disponível para os cerca de dois mil municípios – que têm regimes próprios –, as 26 unidades da Federação, o Distrito Federal e a União cruzarem dados e compartilharem relatórios gerenciais com informações dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas e dependentes de todo o País.

O envio das informações pelos entes federativos deve ser feito por meio do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social – Siprev/Gestão. O Siprev/Gestão é um software gratuito de gerenciamento de informações e está disponível no Portal do Software Público Brasileiro (www.softwarepublico.gov.br) para ser usado pelas administrações dos regimes de estados e municípios.

Com o carregamento dos dados dos servidores públicos de todo o País será possível promover um cruzamento das bases de dados do CNIS-RPPS com as bases de dados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e identificar possíveis irregularidades, como a existência de servidores com duplo vínculo ou com recebimentos de remuneração ou proventos e com óbito cadastrado. A ideia é que futuramente a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

a cada um dos municípios esteja condicionada à participação na base unificada.

Histórico

O projeto de um banco de dados que unificasse informações do serviço público de todo o país começou a ser desenvolvido ainda em 2008. Em setembro de 2009 os testes do sistema utilizado para a operação do cadastro começaram a ser feitos. O acordo de compartilhamento de informações foi firmado entre os ministérios da Previdência Social e do Planejamento em julho de 2009, com a adesão inicial de 34 municípios e 12 estados, além do Distrito Federal, que participaram do período de testes, iniciado no fim de 2009.

Mas foi somente a partir de 2011 que o projeto do CNIS-RPPS ganhou força e começou a ganhar vida fora do papel. Em 2012 o sistema ficou pronto para receber as bases de dados dos demais estados e municípios. Para o secretário Leonardo Rolim, da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), o cadastro é um passo importante para a melhoria da qualidade dos dados dos servidores públicos brasileiros. Ele enfatiza que, embora esse passo inicial seja gigantesco, é preciso trabalhar para que o CNIS-RPPS chegue à maturidade com uma base de dados altamente qualificada. “É evidente que precisamos aprimorá-la no dia a dia, incorporando novas tecnologias e ferramentas de trabalho”, destaca.



Diretores dos RPPS nos estados reuniram-se em Brasília para debater o Cadastro Nacional

Resultados

Os investimentos feitos no sistema implantado para operação do cadastro nacional somaram aproximadamente R\$ 2 milhões e foram destinados em sua maioria à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), responsável pela elaboração da plataforma. Todo o ambiente virtual foi desenvolvido em software livre.

“Esse é o início de um cadastro inédito e fundamental para o País. Será uma importante fonte de levantamento de possíveis tentativas de fraude contra a Previdência brasileira”, afirma o presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção. O sistema foi desenvolvido na Unidade de Desenvolvimento de Software Ceará (UDCE) e está hospedado no Centro de Processamento do Distrito Federal, em Brasília.

O Ministério da Previdência é como um cliente da Dataprev. No projeto do CNIS-RPPS a Previdência contou com o apoio do gerente de serviços da conta MPS na Dataprev, Antônio Mário Oliveira. Para ele, os esforços de toda a equipe valeram a pena: “O desenvolvimento do CNIS-RPPS é fruto de muitas pesquisas e debates, além da reunião das diferentes experiências daqueles que participam deste projeto”. E acrescenta: “O CNIS-RPPS cria um novo cenário e novos paradigmas da gestão dos cadastros de servidores públicos. É um marco para a gestão pública brasileira”, ressalta.

O gerente do Departamento de Serviços do MPS e Previc, na Dataprev, Ubiramar Mendonça,

endossa a afirmativa. “Esse projeto trará uma visibilidade clara da administração dos regimes próprios da União, estados e municípios, dando uma visão previdenciária sob o ponto de vista da gestão dos entes, tornando transparente toda a gestão dos órgãos hoje administrados pelos regimes próprios, inclusive conferindo transparência ao futuro dos próprios servidores em relação à garantia de suas aposentadorias e pensões”, afirma.

“O desenvolvimento do CNIS-RPPS é fruto de muitas pesquisas e debates, além da reunião das diferentes experiências daqueles que participam deste projeto”

Capacidade

A infraestrutura do CNIS-RPPS tem capacidade para a inclusão de 30 milhões de registros num prazo estimado de cinco anos. Nessa previsão, a SPPS considera não somente os aposentados e pensionistas, mas também os dependentes destes beneficiários. De acordo com dados mais recentes, a União tem 2 milhões de servidores – destes, 949 mil são aposentados e pensionistas. Os estados e municípios têm 7,6 milhões, dos quais 2,4 milhões são aposentados e pensionistas.



Nicolas Gomes/MP5

Otoni Guimarães destaca o trabalho em equipe como fator de sucesso do CNIS-RPPS

No total, 9,6 milhões de servidores ativos, inativos e pensionistas são beneficiários dos RPPS.

A SPPS, por meio da Dataprev, prevê que a atualização da base de dados do CNIS-RPPS será feita a cada três meses. Na mesma periodicidade, os regimes integrantes do cadastro deverão enviar novos dados à secretaria. Os entes federativos com regimes próprios que quiserem compartilhar dados no CNIS devem solicitar a adesão ao novo sistema por intermédio do e-mail comunidadesiprev@previdencia.gov.br, do portal de software público.

O diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, Otoni Guimarães, destaca que o sucesso do CNIS-RPPS é resultado de um belo trabalho em equipe. “É um projeto pioneiro na América Latina e motivo de orgulho para toda a equipe responsável pela sua construção, que conta com técnicos do Ministério da Previdência Social, de diversos entes federados, do Ministério do Planejamento e da Dataprev”, ressalta.

Guimarães lembra que, para que os resultados a partir de agora sejam de qualidade, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm que realizar ações conjuntas para melhorar a qualidade dos dados gerados pelos RPPS. “Esse é um cadastro de nível nacional, que vai servir para definir políticas de Previdência na área de servidores públicos de todo o País, por isso precisamos de informações consistentes e atualizadas. Ver esse banco de dados consolidado depende do esforço de cada ente federativo”, justifica.

ENTREVISTA / Nancy Abadia

Ganho de eficiência de gestão é o principal foco

A coordenadora-geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais da Secretaria de Políticas de Previdência Social, Nancy Abadia, responsável pelo projeto do CNIS-RPPS, destaca o início do carregamento de dados dos RPPS no sistema e as vantagens que o CNIS pode trazer para os gestores do setor em todo o País.

Nancy revela que o custo do projeto até a fim da fase de testes foi de cerca de R\$ 2 milhões, mas a coordenadora acredita que o investimento valeu a pena. “Nesse projeto-piloto que realizamos com o Ministério do Planejamento, só com cruzamento de dados de duplo vínculo em um único estado, seria possível pagar duas vezes o custo do projeto”, enfatiza.

Para ela, mais do que o controle de fraudes, o ganho de eficiência de gestão decorrente da melhoria da qualidade dos dados deve ser o principal foco. Confira:

Como irá funcionar o CNIS/RPPS?

Vai funcionar assim: o ente federativo consolida o banco de dados local, o sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social – Siprev/Gestão automaticamente valida os dados e os envia ao CNIS-RPPS; a partir deste banco nacional geram-se dados em formatos pré-definidos para tratamento e cruzamentos com dados cadastrais,

de óbito e benefícios no Regime Geral e entre os dados dos diversos entes federados.

Os relatórios gerenciais vão ficar na mão dos RPPS. Essa integração já está pronta. A aplicação que cuidou desse cruzamento e que vai disponibilizar essas informações para os entes federativos é Informe/CNIS-RPPS. É importante comentar que a área de tecnologia da União, que cuida do software público brasileiro, já reconheceu o Siprev/Gestão como de utilidade nacional.

O que está faltando agora é que mais gestores de RPPS reconheçam que essa ferramenta é útil. A infraestrutura está pronta para eles, falta os gestores tomarem ciência, agirem em cada local para usar essa solução de tecnologia e, aí sim, se beneficiarem das informações geradas.

O Ministério garante a segurança desses dados?

A própria aplicação do Siprev/Gestão já inclui um sistema de segurança no pacote. Quando você instala o programa, já é obrigado a nomear um administrador e esse administrador controlará o acesso dos demais servidores ao sistema. Isso é responsabilidade de cada ente federativo. Já no CNIS-RPPS, e no Informe/CNIS-RPPS, a administração da segurança estará no Ministério da Previdência via Dataprev, que tem toda uma infraestrutura na área de segurança. É essa área que hoje cuida de toda a parte de concessão de benefícios, folha de pagamento de aposentados e pensionistas filiados ao Regime Geral, por exemplo. É essa mesma segurança que a gente tem no Regime Geral e que vai trazer para os regimes próprios.

Como a secretaria avalia a receptividade do CNIS entre os gestores de RPPS?

Na visão dos gestores que conheceram o projeto, este trabalho de carregamento dos dados



Eliza Fluzza/ABR

tem que ser feito, é o melhor que pode ser feito e é preciso agilizar o envio dessas bases de dados. O compartilhamento de informações sobre o SRPPS (Siprev/Gestão; CNIS-RPPS e Informe/CNIS-RPPS) foi intensificado em 2011, pela primeira vez com a participação direta do secretário de Política de Previdência Social e do diretor do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, o que tem garantido a efetividade de adesão dos entes federados, inclusive

A coordenadora Nancy Abadia, na exposição do novo Cadastro Nacional no Congresso do Consad

“Nesse projeto-piloto que realizamos com o Ministério do Planejamento, só com cruzamento de dados de duplo vínculo em um único estado, seria possível pagar duas vezes o custo do projeto”

com a publicação de decretos, em que cada governador, prefeito e/ou secretário de administração e chefes dos demais poderes assumem na adesão o compromisso de melhorar a qualidade dos dados e a formar de equipes dedicadas à implantação, à disseminação da utilização entre os demais servidores e à participação efetiva junto com a equipe do

MPS, nas definições de novas funcionalidades ou aperfeiçoamento das existentes.

O foco principal dos gestores de RPPS é saber quantos servidores estão recebendo benefícios do regime geral, e se há servidores ativos ou inativos na folha de pagamento que já estejam em situação de óbito e se há servidores com duplicidade ilegal de vínculos. Esse cruzamento de dados sobre óbitos vai ser feito com todas as entradas de registro de óbitos da Previdência, não só aquelas que vêm dos cartórios.

Adesões fortalecem o sistema



Entre os 14 mil servidores do município de Maceió foram detectadas 724 pendências, entre elas cinco pessoas haviam falecido, três estavam cedidas, 415 de licença sem vencimentos e 170 com o pagamento suspenso

Mais de 11 estados brasileiros e 30 municípios em todo o Brasil já estão com suas informações previdenciárias cadastradas no banco de dados do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social-SRPPS, o Siprev/Gestão. Outros mais de 350 estão na fase de carregamento destes dados.

Os estados do Acre, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Tocantins, Paraíba, Piauí, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal e os municípios de Cuiabá, João Pessoa, Maceió, Palmas, Recife, Rio Branco, Vitória, Natal, Maceió, Alegre/RS, Anápolis/GO, Birigui/SP, Cabo de Santo Agostinho/PE, Conceição de Macabú/RJ, Guarapari/ES, Lavínia/SP, Linhares/ES, Mimoso do Sul/ES, Monte Castelo/SP, Vargem Alta/ES e Teófilo Otoni/MG já assinaram o decreto e estão dando efetividade ao carregamento do Siprev/Gestão para validação e envio ao CNIS-RPPS.

A realização do censo previdenciário, com auxílio do Siprev/Gestão, também já vem produzindo resultados. Houve redução de custos na folha de pagamentos de Fortaleza (CE), Maceió (AL), Cabo de Santo Agostinho (PE), Tribunal de Justiça de Alagoas, governo do Amapá, Jaguaruana (CE) e Irauçuba (CE).

O secretário de Administração da Prefeitura de Maceió e presidente do Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais (Fonac), Sérgio Villela, contou a experiência desenvolvida na capital alagoana com o cadastramento dos dados no Siprev/Gestão e a posterior realização do censo previdenciário. Ele lembrou que a prefeitura havia tentado duas vezes antes realizar um censo, mas os resultados não foram os esperados.

“Considero a ferramenta Siprev/Gestão como fantástica. A partir do momento em que conheci esse sistema, determinei à minha equipe que se dedicasse diuturnamente para implementar na Prefeitura de Maceió. Expliquei ao diretor responsável por tecnologia da informação que aquela era a prioridade”, afirmou Sérgio Villela.

O Instituto de Previdência de Maceió realizou o trabalho de recadastramento dos servidores inativos no período de novembro de 2011 a abril de 2012. Em janeiro desse ano foi iniciado o mesmo trabalho junto aos funcionários da ativa. Depois do cruzamento das informações, foram detectadas 724 pendências, entre os 14 mil servidores. Desse total, cinco pessoas já haviam falecido, três estavam cedidas, 415 estavam de licença sem vencimento e 170 com o pagamento suspenso.

Duas fases

Já a Prefeitura do Natal começou em julho, por intermédio do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Natal (Natalprev), o censo previdenciário dos seus servidores. A medida foi publicada no Diário Oficial do município no início de julho, por meio do Decreto nº 9.740, e abrangerá todos os servidores públicos titulares de cargo efetivo, ativos, aposentados e pensionistas.

O censo ocorrerá em duas fases, sendo que a primeira foi realizada de 16 de julho a 17 de agosto. Nesse período, cada servidor fez a atualização dos seus dados via internet, através de login e senha para que o servidor pudesse utilizar o Siprev/Gestão de RPPS.

Na segunda fase, que começou no dia 20 de agosto e deverá ser concluída em setembro, os servidores deverão apresentar os documentos de comprovação das informações. A entrega das cópias dos documentos deverá ser feita diretamente no Banco do Brasil, nas agências selecionadas.

A informação dos dados cadastrais atualizados poderá ser feita em casa ou no próprio ambiente de trabalho. O Banco do Brasil irá disponibilizar 50 pessoas que irão percorrer as secretarias municipais e esclarecer dúvidas que possam surgir. Esses facilitadores também irão auxiliar os servidores com dificuldade de locomoção ou de acesso a uma agência para entrega da documentação.

Segundo o presidente do Natalprev, Sylvio Eugênio Araújo Medeiros, o censo se destina, basicamente, a que o instituto tenha os dados atualizados de todos os servidores municipais. "Será ótimo porque, dessa forma, poderemos utilizar plenamente as vantagens oferecidas pelo Siprev/Gestão de RPPS", afirmou.

Passo a passo para adesão ao SRPPS

1. Assinatura dos documentos oficiais pelo ente federativo e SPPS (agenda, plano de trabalho e decreto);
2. Indicação da equipe instalada no decreto;
3. Treinamento na SPPS/DRPSP de técnico de TI responsável direto pela instalação e carregamento no Siprev/Gestão;
4. Promover reuniões e capacitação da equipe relacionada no decreto quer na SPPS ou no ente federativo, com a participação opcional do BB e CEF;
5. Treinamento dos servidores de cada ente pelos multiplicadores com a participação de técnico da SPPS;
6. Geração de arquivos para o 1º envio ao CNIS-RPPS.
7. Efetivação de censo previdenciário para a melhoria da qualidade dos dados cadastrais, funcionais, previdenciários e financeiros dos servidores públicos.
8. Nova geração de arquivos para envio ao CNIS-RPPS.

SRPPS - SISTEMAS DOS RPPS

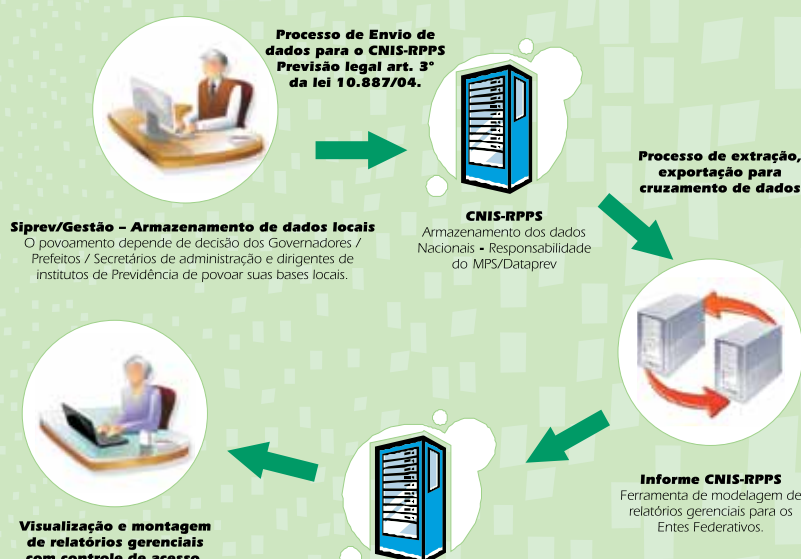
Banco de dados local dos servidores, dependentes e pensionistas

Banco de dados nacional dos servidores, dependentes e pensionistas

Informações gerenciais dos cadastros dos RPPS e cruzamento com os dados de óbitos e de benefícios do RGPS

CADPREV - Dados dos RPPS

Ferramentas e Fluxo que possibilitam a formação de um banco de dados Nacional



Mais segurança para o trabalhador

Plano nacional elaborado por comissão tripartite busca prevenir acidentes e reduzir os riscos ocupacionais

Agência Brasil



A atuação constante dos órgãos do governo tem ajudado a aumentar a segurança do trabalhador

O Brasil passa a contar com mais um instrumento para promover a segurança e a saúde do trabalhador. Trata-se do Plano Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (Plansat), lançado pelos ministérios da Previdência Social, Saúde e Trabalho e Emprego. O plano foi elaborado pela Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CTSST), que conta com representantes do governo, dos empregadores e dos trabalhadores.

O diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional (DPSSO), Cid Pimentel, explica que o plano é um detalhamento com ações práticas da Política Nacional de Saúde e

Segurança no Trabalho, lançada pela presidenta Dilma Rousseff em novembro de 2011.

O Plansat tem oito objetivos e é dividido em tarefas de curto, médio e longo prazos, além de um conjunto de tarefas de caráter permanente. A educação continuada é uma das diretrizes do plano e prevê a inclusão de conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e saúde e segurança no trabalho no currículo do ensino fundamental e do médio das redes pública e privada.

“O Plansat veio para melhorar a cada dia o nosso ambiente de trabalho. Que nós tenhamos a oportunidade de, no próximo ano, vislumbrar os

efeitos desse plano com a redução no número de acidentes de trabalho. Que a gente possa ser um agente de transformação e melhoria”, destaca a secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, Elisete Berchiol da Silva Iwai.

O plano foi elaborado por uma comissão tripartite formada por representantes do governo, das principais organizações que representam empregadores (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e Confederação Nacional do Transporte) e dos trabalhadores (Central Única dos Trabalhadores, Central-Geral dos Trabalhadores do Brasil, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e União Geral dos Trabalhadores).

O esforço conjunto está de acordo com a Convenção n.º 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho e estabelece o dever do estado-membro de elaborar uma política nacional sobre o tema; e com o Plano de Ação Mundial sobre a Saúde dos Trabalhadores da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reforça a necessidade de uma política com coordenação intersetorial das atividades na área. A execução das diretrizes está embasada na atuação dos órgãos governamentais envolvidos por meio de planos de ações.

Para a rotina dos trabalhadores dos setores público e privado, por exemplo, serão adotados dispositivos legais e princípios comuns de saúde e segurança no trabalho (SST), independentemente de sua inserção no mercado, com elaboração, aprovação, implementação e fiscalização conjunta do poder público, em processo dialogado com as organizações dos empregadores e dos trabalhadores.



Elisete Berchiol festeja a redução do número de acidentes no trabalho



Acidentes em queda Comissão tripartite

Em 2010 foram registrados 701.496 acidentes de trabalho, enquanto em 2009 foram 733.365, uma redução de 4,35%, graças aos esforços do governo para garantir mais segurança aos trabalhadores. Em relação aos acidentes de trabalho liquidados – cujo processamento se dá no ano em que é concluído todo o processo –, houve redução dos acidentes causadores de incapacidade permanente (de 14.605 em 2009 para 14.097 em 2010). O número de mortes aumentou, passando de 2.560 para 2.712.

Quando analisados por regiões, verifica-se que a maioria dos acidentes registrados ocorreu na região Sudeste (378.564); vindo em seguida as regiões Sul (156.853); Nordeste (89.485), Centro-Oeste (47.374) e Norte, com 29.220 acidentes notificados. Vale lembrar que é no Sudeste e no Sul que se concentra o maior número de trabalhadores formalizados do País.

Instituída em 2008, a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho é composta paritariamente por representações de governo, trabalhadores e empregadores, de forma a ter decisão democrática.

Na composição da comissão tripartite estão representados os três ministérios do governo (Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social e Ministério da Saúde), empregadores (confederações patronais) e trabalhadores (centrais sindicais).

Atua para assegurar a ação coerente do Estado na promoção do trabalho seguro e saudável e na prevenção dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho em todo o País.

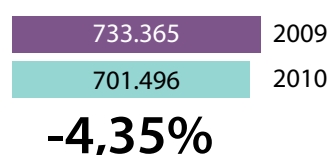
A coordenação é efetuada pelos representantes de governo, em sistema de rodízio anual.

Ações adotadas no combate aos acidentes de trabalho

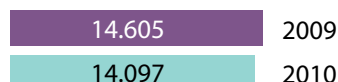
- Combate à subnotificação, com a obrigação do INSS de verificar a acidentalidade mediante a checagem dos nexos acidentários das Listas A e B das Doenças Profissionais e do Trabalho e do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). A notificação mais precisa possibilita conhecer melhor a realidade dos ambientes de trabalho e combater de forma mais eficiente as doenças.
- O Fator Acidentário de Prevenção, o FAP, é um importante instrumento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. O fator acidentário é um multiplicador, que varia de 0,5 a 2 pontos, a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifa coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. O FAP varia anualmente e é calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social, por empresa. Esta metodologia não trouxe qualquer alteração na contribuição das pequenas e microempresas, já que elas recolhem os tributos pelo sistema simplificado, o Simples Nacional. A nova metodologia foi aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) em 2010 e está em vigor desde janeiro de 2011.
- Desde maio de 2008, há atuação conjunta dos Ministérios da Previdência, Trabalho e Emprego e Saúde, por intermédio da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CTSST). Na comissão, além dos representantes do governo federal nas áreas de Previdência, Saúde e Trabalho, há a participação paritária das centrais sindicais e das representações empresariais mais importantes. A comissão está priorizando sua ação no combate às mortes e invalidez permanente nos locais de trabalho em dois setores econômicos mais críticos: indústria da construção civil e transporte.

Em 2010 houve redução de 4,35% no número de acidentes registrados em todo o País, graças aos esforços do governo para garantir mais segurança aos trabalhadores

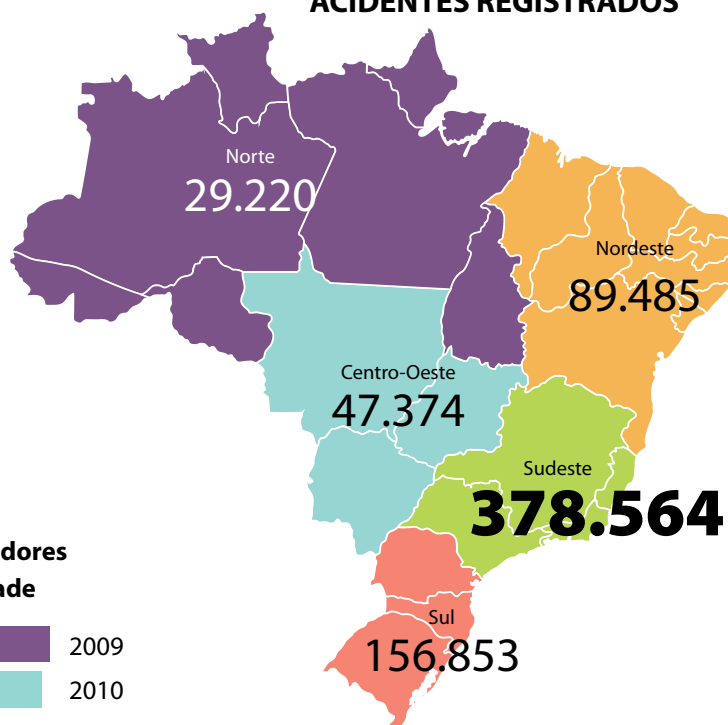
Acidentes de trabalho



Acidentes causadores de incapacidade



ACIDENTES REGISTRADOS



Parceria para a proteção da mulher

INSS e Instituto Maria da Penha celebram convênio para enfrentamento à violência contra a mulher e a punição dos agressores por meio de ações na Justiça

Acabou a impunidade para os agressores de mulheres. Desde agosto, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a cobrar de agressores, na Justiça, o valor das indenizações pagas pela Previdência a mulheres vítimas de violência.

Ainda não há previsão de quantas ações serão protocoladas, mas já estão em análise 8 mil casos enviados pela Delegacia da Mulher do Distrito Federal, a primeira unidade da Federação a encaminhar os processos ao INSS. As primeiras duas ações foram protocoladas no dia 7 de agosto, em Brasília. Os ministros Garibaldi Alves Filho (Previdência Social) e Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres); o presidente do INSS, Mauro Hauschild; e a fundadora do Instituto Maria da Penha, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, foram até o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, acompanhar o ajuizamento das duas ações pelo INSS. Estes dois primeiros casos referem-se a crimes ocorridos em Brasília. O INSS vai firmar convênio com ministérios públicos estaduais para que sejam enviados casos de vítimas de violência contra a mulher que tenham recebido pagamento de benefícios pela Previdência.

O ingresso da Previdência Social na luta contra a violência doméstica ocorreu com a assinatura de um convênio entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Instituto Maria da Penha. A parceria pretende desenvolver ações e políticas de

proteção à mulher por meio de medidas preventivas e repressivas.

Para o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, a iniciativa é uma forma de inibir as agressões às mulheres, punindo os infratores. “Nós estamos nos redimindo um pouco e tentando resgatar o erro maior, que é a violência praticada contra as mulheres”, ressaltou.

*O INSS está analisando
8 mil casos enviados
pela Delegacia da
Mulher do Distrito
Federal, a primeira
unidade da Federação a
encaminhar os processos*

De acordo com o presidente do INSS, Mauro Hauschild, o objetivo principal da medida não é reaver o dinheiro, que é pago pelo contribuinte, e sim ajudar na repressão e na prevenção da violência contra a mulher. “O dinheiro é consequência, não a causa. Nós estamos ajudando na repressão e também, de certa forma, na prevenção. Claro que, no afã do momento, as pessoas não param para pensar no reflexo daquela violência, que im-

pactos vai causar. Mas quando a gente fala de ações premeditadas, a gente tem espaço para fazer quem está planejando um crime pensar que, agora, ele tem mais uma consequência”.

Hauschild explica que a ideia das ações regressivas nos casos de violência contra a mulher veio do Instituto Maria da Penha, que mostrou a possibilidade como forma de ação afirmativa. Ele lembra que está sendo trabalhada uma agenda de ações com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e com a Secretaria de Direitos Humanos no combate à violência doméstica.



*Equipe do INSS com a ativista Maria da Penha (centro):
parceria para punir os agressores de mulheres*

Maria da Penha comemorou o fato de a cada dia mais pessoas e instituições se preocuparem com a violência praticada contra as mulheres. “Nós queremos uma sociedade sem violência doméstica para nossos descendentes”, declarou a ativista. Ela destacou que é fundamental investir em educação e levar a questão do machismo e da violência para as escolas. “Para que as crianças aprendam a respeitar a mulher da mesma forma que sabem hoje que não devem ultrapassar um semáforo vermelho ou deixar de usar a cadeirinha ao andar de carro”, argumentou.

Parceria

Procuradores federais do INSS estiveram reunidos com a ativista Maria da Penha no Instituto Maria da Penha (IMP), em Fortaleza (CE), para tratar do Acordo de Cooperação Técnica. A parceria visa ao desenvolvimento de ações e políticas de proteção à mulher por meio de medidas preventivas e repressivas que vão desde ações socioeducativas até o ajuizamento de ações regressivas.

A idéia é que o ajuizamento das ações regressivas tenha caráter preventivo, a fim de evitar futuras agressões no ambiente doméstico e familiar, e que atue como uma forma de ressarcir a Previdência com as despesas decorrentes das concessões de benefícios, despesas suportadas por todos os contribuintes.

O procurador-chefe do INSS, Alessandro Stefanutto, que participou do encontro com a ativista em Fortaleza, declarou que “por intermédio da eficácia punitivo-pedagógica das ações regressivas em face da violência contra a mulher, o INSS pretende dar sua parcela de contribuição da política pública de proteção às mulheres vítimas da violência doméstica e familiar”.

As ações regressivas começaram a ser adotadas pelo INSS em 1991 contra empresas responsáveis por acidentes de trabalho que levaram ao pagamento de benefícios a empregados ou pensão por morte aos familiares da vítima. Das 2 mil ações julgadas, 92% obtiveram sucesso. No ano passado, R\$ 1 milhão foi restituído aos cofres públicos. O INSS também começou a entrar com o ajuizamento de ações regressivas em casos de acidentes de trânsito.

Luta contra a violência

Maria da Penha, farmacêutica nascida e residente no Ceará, foi a inspiração para a elaboração da Lei nº 11.340/2006 (a Lei Maria da Penha) que intensificou o rigor das punições das agressões cometidas contra mulheres. Desde sua emissão, os agressores de mulheres podem ser presos em flagrante ou por meio de ação preventiva e foram extintas as penas alternativas para crimes dessa espécie, além de ter sido ampliado o tempo máximo de detenção.

O objetivo do Instituto Maria da Penha – presidido pela ativista que inspirou seu nome e sediado na capital cearense – é criar mecanismos para enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher e resgatar o valor da família na sociedade. “Além disso, nossa missão é divulgar o texto da lei (Lei Maria da Penha) de forma que cada brasileira e cada brasileiro possa, no exercício de seus direitos, zelar para a sua plena aplicação”, declarou a ativista.

Em 1983, por duas vezes, o então marido de Maria da Penha tentou assassiná-la. Na primeira vez com arma de fogo. Atirou simulando um assalto e, na segunda, por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à saúde dela, como paraplegia e outras sequelas. Atualmente, Maria da Penha recebe aposentadoria por invalidez do INSS.

CORDEL VIRA EXEMPLO DE SUCESSO NO NORDESTE

CONVERSA ENTRE DOIS COMPADRES MOSTRA OS CAMINHOS PARA OS TRABALHADORES RURAIS OBTEREM OS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

“Não precisa ser letrado, ter grande conhecimento. É preciso acreditar, ter provas e documento. Quinze anos de trabalho é o tempo solicitado para requerer o aposento”, já dizia Zé Caboclo, personagem da história de cordel que vem fazendo sucesso no Nordeste brasileiro. Dessa forma irreverente, o projeto “Previdência em Cordel” pretende atingir um público que conhece muito bem essa linguagem: o trabalhador rural nordestino.

Como forma de aproximar a Previdência Social desse público, a Superintendência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Nordeste divulga, no interior dos estados da região, o cordel “A conversa de Zé Caboclo com Mané Bento”, que explica com detalhes como o cidadão pode se aposentar.

Essa literatura tem características típicas da cultura nordestina, uma linguagem direta e popular, motivos determinantes para a escolha desse meio de comunicação. “Outro fator que influenciou a escolha foi o elevado grau de analfabetismo na área rural da região”, acrescenta João Maria Lopes, superintendente do INSS Nordeste.

Os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, nos municípios de até 50 mil habitantes da região Nordeste, a taxa de analfabetismo é três vezes maior que a média nacional. “A literatura de cordel, por ser ritmada, permite ao cidadão decorar os versos para acessar os direitos previdenciários”, ressalta Lopes.

AUTOR

O servidor do INSS de Campina Grande (PB), Raimundo Crispim, foi quem deu vida ao projeto. Autor do cordel, na Previdência Social desde 1984, Crispim convive há muitos anos com a literatura nordestina. “Já tenho dois livros publicados. A gerência de Campina Grande viu o material e me convidou para fazer parte do projeto. Achei a proposta interessante e, de imediato, me prontifiquei a escrever o cordel”, lembra Crispim,

que pretende escrever mais cordéis sobre outros temas da Previdência Social, como salário-maternidade, auxílio-doença e pensão por morte.

A repercussão do projeto garantiu ainda uma parceria com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que hoje contribui com a divulgação do cordel. Além do folheto em papel,

os versos de Crispim foram adaptados para a rádio, com a produção do aluno de comunicação social Júlio Cezar Peres e locução das colegas Alidiane de Sousa e Walter da Costa Melo. A universidade também se dispôs a imprimir 1 mil cópias da obra na gráfica da UEPB.

Com um alcance maior, Lopes acredita que, ao aproximar a Previdência do segurado especial, a ação dos chamados “intermediários” – pessoas que, mediante pagamento, se oferecem aos segurados para facilitar os processos dentro da Previdência – será cada vez mais limitada.





“Buscamos informar e facilitar a vida do trabalhador rural, evitando que ele tenha que pagar pelo serviço ou ser submetido a ações inescrupulosas de alguns atravessadores, porque os serviços previdenciários são gratuitos”, destaca.

Um dos versos do cordel é justamente a orientação que o personagem Zé Caboclo passa ao compadre Mané Bento: “Cumpade Mané também oriento/O INSS é o lugar certo/Pra buscar os seus direitos/Seja um sujeito esperto/Evite os atravessadores/Evitando os dissabores/Assim agindo é correto”.

Diante do sucesso do primeiro cordel, o objetivo da Superintendência do INSS no Nordeste é difundir o projeto para o maior número de municípios possível.

Assim, com certeza, a conversa entre Zé Caboclo e Mané Bento vai ajudar a ampliar o número de brasileiros protegidos pela Previdência Social.

SEGUNDO O IBGE, NOS MUNICÍPIOS DE ATÉ 50 MIL HABITANTES DA REGIÃO NORDESTE, A TAXA DE ANALFABETISMO É TRÊS VEZES MAIOR QUE A MÉDIA NACIONAL



Mais de duas décadas de transformações e resultados

Fim das filas, atendimento agendado, aposentadoria em 30 minutos, Central 135, novas agências e Central de Monitoramento são exemplos para melhor atender aos segurados

Desde que foi criado, no dia 27 de junho de 1990, após um decreto que fundiu o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem-se esforçado para assegurar a manutenção e a concessão dos benefícios previdenciários de milhares de trabalhadores brasileiros. Para se ter a ideia da importância da autarquia no Brasil, basta olhar para o número de indivíduos dos quais ela assegura o sustento: aproximadamente 39 milhões de pessoas – incluídos aí os trabalhadores associados ao Regime Geral de Previdência Social (funcionários, autônomos, rurais e, recentemente incluídos, os domésticos), os herdeiros desses trabalhadores, além daqueles que recebem benefícios assistenciais.

Ao longo desses 22 anos de serviços prestados, o INSS vem trabalhando com foco na profissionalização da gestão, na melhoria das condições de trabalho para os seus servidores, na modernização da sua rede de atendimento e da infraestrutura tecnológica e, principalmente, na desburocratização dos processos de trabalho e na qualificação do atendimento prestado aos trabalhadores brasileiros.

Dentre as melhorias realizadas pelo INSS, a sua maioria é conhecida pela população, que vai descobrindo, no dia a dia, a sua importância. Pode-se citar aqui o fim das filas que dobravam os quarteirões das agências previdenciárias, a progressiva modernização do parque tecnológico do INSS, a realização de concursos públicos

para contratação de novos servidores, o PEX (Plano de Expansão da Rede de Atendimento que prevê construção e reforma de agências), a Carta de Aviso de Aposentadoria, a implantação da Central telefônica 135, a Aposentadoria em 30 Minutos, as Ações Regressivas de Trânsito, a implantação de novos e mais modernos sistemas, entre eles o Sistema Integrado de Benefícios (SIBE) e as novas funcionalidades do Cadastro Nacional de Inscrição Social (CNIS), além de várias outras.

Contudo, os desafios na melhoria do atendimento aos cidadãos ainda são muitos, já que a população brasileira está envelhecendo e a cobertura previdenciária, aumentando. “Como desafio futuro, o INSS precisa concluir a implementação definitiva de novos sistemas, além da integração dos cadastros de informações sociais e aprimoramento do atendimento”, avalia o presidente do Instituto, Mauro Hauschild.

Segundo ele, a principal expectativa para os próximos anos é conseguir superar os desafios permitindo aos segurados da Previdência Social acesso a todos os benefícios de forma automática. “Isso facilita, acelera e desburocratiza o que é deles (trabalhadores) por direito. Temos atuado junto ao Ministério da Previdência para tornar isso viável.”

Exemplo no mundo

Os excelentes resultados conquistados pelo INSS, nesses 22 anos, e a eficiência quanto ao “reconhecimento do direito”, mesmo com os



O contraste entre a antiga agência do INSS em Goiana (PE) e as novas APS

percalços e obstáculos de existir no contexto de um país em pleno desenvolvimento, já são de conhecimento de outras nações. Por isso, constantemente, o INSS recebe delegações de países do mundo inteiro, principalmente de nações também em desenvolvimento – além de países como Japão, Estados Unidos e Alemanha – desejosos de conhecer, de perto, o sistema previdenciário brasileiro.

Muitas dessas nações já assinaram acordos internacionais com o INSS. Isso garante a segurança e integridade dos nossos trabalhadores além das fronteiras nacionais.

Dessa forma, o Brasil celebrou Acordos de Previdência Social com Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Equador. E estão em processo de ratificação, pelo Congresso Nacional, outros acordos com a Alemanha, a Bélgica e o Japão.

Força de trabalho

Para fazer funcionar na prática toda essa operação, cerca de 40 mil servidores espalhados pelo território nacional, sejam em unidades de atendimento fixas, como as Agências da Previdência Social, sejam nas unidades móveis, como o Prevbarco, responsável por atender às distantes e isoladas comunidades ribeirinhas do Amazonas, Pará e Rondônia, são responsáveis por cerca de 250 mil atendimentos diários.

Fim de um estigma

Falar de evolução nesses 22 anos no INSS passa necessariamente por todos os esforços de gestão depositados pelo Instituto para acabar com as filas que se formavam nas agências da Previdência Social. Isso porque, até pouco tempo – cinco ou seis anos atrás – era comum escutar a expressão “Isso aí está maior que a fila do INSS” ou “Boa sorte na fila do INSS”.

Vários eram os motivos que dificultavam o atendimento: os serviços oferecidos pela internet eram subutilizados e complexos, a grande maioria dos cidadãos não possuía acesso à rede mundial de computadores, as senhas eram limitadas, e era comum encontrar segurados que desejavam apenas obter uma informação compartilhando a mesma fila daqueles que estavam lá para pedir um benefício. De cada dez pessoas que esperavam nas intermináveis filas, sete voltavam para casa sem previsão de quando poderiam obter uma simples informação.

Entretanto, o cenário mudou. A partir de 2005, “acabar com as filas” tornou-se prioridade da gestão. Nesse sentido, uma série de medidas foi tomada. Isso acarretou numa grande transformação de uma situação que parecia não ter fim. Ocorreu, pois, o início do fim de uma mancha na imagem do INSS junto à sociedade e o começo de uma nova fase, em que o atendimento ao segurado tornou-se o principal foco desde então.

Dessa forma, ações gerenciais estratégicas foram implementadas para facilitar a vida das cerca de

quatro milhões de pessoas que procuram as unidades do INSS todos os meses: a ampliação do horário de atendimento nas agências; a implantação do atendimento agendado, com a inauguração, em 2006, da Central de Teleatendimento da Previdência Social (135); e o monitoramento sistêmico das agendas, que permite aos gestores acompanhar, de perto, toda a demanda atendida em sua unidade.

Exemplos

Pode-se citar também, como medidas que contribuíram para o fim do estigma das filas, o agendamento coletivo (pelos representantes de sindicatos e entidades), a estruturação da Diretoria de Atendimento, o Projeto Madrugada sem Filas, a recomposição do quadro de pessoal e a ampliação da rede de atendimento (por meio do PEX – Programa de Expansão da Rede de Atendimento).

Assim, cada APS programou os atendimentos de acordo com o perfil dos seus segurados e dos benefícios requeridos diariamente. A distribuição de senhas limitadas foi proibida. O tempo de espera para o primeiro atendimento foi significativamente reduzido. No mesmo sentido, reduziu-se, também, o tempo de concessão dos benefícios, ao ponto de ser instituído o chamado “reconhecimento automático de direitos”, ou seja, a concessão de benefício em até 30 minutos. Uma verdadeira revolução para a época e amplamente comentada pela imprensa.

Desde então, o segurado da Previdência Social pode comparecer às agências para obter informação, solicitar serviços, requerer benefícios e marcar perícia médica com conforto e rapidez, agendando dia e hora, sem sair de casa.

Tecnologia a serviço da população

Identificar as deficiências em tempo real para garantir soluções rápidas e eficientes aos problemas institucionais. Era disso que precisavam os gestores do INSS para dar continuidade ao processo de modernização pelo qual o Instituto está passando. Dessa forma, foi criada, em meados de 2008, a chamada Sala de Monitoramento.

Trata-se de uma ferramenta de gestão que permite avaliar, continuamente, o desempenho de cada unidade e, assim, propor ações de melhoria. Nela estão relacionados, de forma transparente, os serviços realizados, dia após dia, pelos servidores do INSS espalhados por todos os cantos do País. Não é à toa que a Sala de Monitoramento é uma das mais destacadas ferramentas do INSS e já foi citada pela presidenta Dilma Rousseff durante reunião interministerial no início do ano, como exemplo a ser seguido pelos demais ministérios.

Desenvolvida pelos próprios servidores do Instituto, a Sala de Monitoramento disponibiliza informações, de forma automática, via sistemas corporativos, permitindo a visualização, em um único ambiente, da situação de cada uma das unidades previdenciárias que cobrem todo o território nacional. Isso facilita os processos de tomadas de decisões, bem como proporciona a execução de ações preventivas. Os dados são acompanhados permanentemente por uma

A meia hora do respeito

Se antes os segurados tinham de esperar horas para serem atendidos em uma unidade do INSS, agora aqueles que chegavam às unidades de atendimento com a documentação regularizada tinham seus benefícios concedidos em até 30 minutos, o conhecido “reconhecimento automático de direitos”. Com a ampliação da base de dados certificados do CNIS. Assim, o INSS passou a utilizar, de forma plena, as informações sobre vínculos, remunerações e contribuições dos trabalhadores, para o reconhecimento automático de direitos previdenciários.

equipe da Diretoria de Atendimento do INSS – DIRAT, por meio da Coordenação Geral de Suporte à Rede – CGSURE.

Um dos grandes avanços proporcionados pela Sala de Monitoramento é a possibilidade de acompanhamento, em tempo real, da quantidade de pessoas que estão esperando o atendimento, quantas já foram atendidas, o tempo de prestação do serviço, além do número de servidores e recursos tecnológicos disponíveis. Assim, é possível analisar os indicadores de qualidade do atendimento, como o Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado (TMEA). Mais que acompanhar as operações do atendimento, ela permite, ainda, o acompanhamento de projetos estratégicos como, por exemplo, o Plano de Expansão do Atendimento (PEX), que prevê a criação de 720 novas APS em todo o País em cidades com mais de 20 mil habitantes.

Torre de vigia

Diante da capilaridade das unidades de atendimento do INSS e da estrutura hierárquica do Instituto, as informações provenientes da base, muitas vezes, acabavam chegando com um atraso significativo. A fim de facilitar esse processo e proporcionar ao gestor uma visão ampla de sua unidade, havia a necessidade de uma fonte única de informações sobre o atendimento para proporcionar confiança diante das tomadas de decisões em todos os níveis da organização.

Dessa forma, em 2008 o projeto foi criado com o objetivo de viabilizar o acompanhamento efetivo da situação de cada unidade de atendimento. “O objetivo é garantir que o gestor perceba rapidamente quando há um problema, facilitando sua ação e garantindo que o funcionamento da unidade retorne à normalidade no menor espaço de tempo possível”, explica a diretora de Atendimento, Cinara Wagner Fredo.

Ao todo, são doze painéis e Salas de Monitoramento do Atendimento espalhados



nas cinco Superintendências Regionais do INSS, nas cinco Diretorias na Administração Central, na Presidência do INSS e uma no Gabinete do ministro da Previdência. “Para a Sala de Monitoramento ser disponibilizada, alguns obstáculos tiveram que ser vencidos. Num universo de diferentes sistemas, com informações não padronizadas, inconsistentes ou inexistentes, criar uma ferramenta única e fidedigna não foi tarefa fácil”, destaca Cinara.

O moderno Centro de Controle da Dataprev facilita o trabalho

De forma on-line, é possível saber se uma determinada unidade está com atendimento ativo ou não

O portal possui hoje, em única tela, informações que antes eram extraídas por pessoas com senhas para acesso a 14 outros sistemas corporativos. Desde a sua implantação até julho de 2010 houve mais de 240 mil visitas, sendo que até meados de 2010 já houve um acréscimo de 200% em

relação ao ano 2009. A média diária é de 3 mil acessos diários.

Hoje, de forma on-line, pode-se saber se uma unidade está com atendimento ativo ou não e buscar soluções imediatas para qualquer inconsistência. Um exemplo prático ocorreu em 2009, quando houve movimento de paralisação dos servidores. Por meio do painel, os gestores puderam identificar as unidades que apresentavam complicações no atendimento e assim remanejaram servidores a fim de garantir o atendimento à população.

Visão geral das regras previdenciárias ao redor do mundo

Introdução

As profundas mudanças nas regras previdenciárias de vários países têm ocorrido em decorrência de um processo generalizado de envelhecimento populacional que afeta todos os continentes do globo. Este processo ocorre em ritmos variados, ou seja, em algumas regiões com menor e em outras com maior velocidade. Também acontece a partir de patamares muito diferentes, sendo a partir de uma população extremamente jovem na África e bem mais envelhecida na Europa e em países mais desenvolvidos. Nesse contexto, adquire ainda maior importância avaliar as regras previdenciárias de outros países, bem como, na medida do possível, a sua evolução ao longo do tempo, em especial no período mais recente, cientes das distintas condições sociais, demográficas e econômicas de cada um deles. Essa preocupação deve ser vista, tanto pelo lado da sustentabilidade fiscal a médio e longo prazos, como pela preocupação com a ampliação e o aperfeiçoamento da proteção social dos idosos.

A previdência social consolidou seu papel de proteção econômica e social dos indivíduos ao redor do mundo. Em boa parte dos países, funciona como uma poupança forçada, em um regime solidário de repartição simples, em que a geração atual de contribuintes e o Estado, por meio de arrecadação de impostos, garantem a sustentabilidade financeira da previdência. Além disso, a previdência tem significativa influência na redução dos índices de pobreza e na manutenção do

poder de compra dos aposentados. Assim, percebe-se, mundialmente, o crescimento da participação da previdência, tanto nos gastos públicos, quanto no Produto Interno Bruto – PIB, motivo pelo qual esse assunto vem ganhando espaço na agenda governamental de praticamente todos os países.

O presente artigo busca, de forma sintética e mais geral, apresentar uma pesquisa das regras vigentes em vários países ao redor do mundo, e está organizado da seguinte forma: a) na primeira parte é apresentada uma visão geral das regras previdenciárias em vários países do mundo, descrevendo, sempre que possível, embora de forma sintética, mudanças ocorridas recentemente; b) na segunda parte são apresentadas as considerações finais. No presente artigo não serão feitas comparações com o caso brasileiro, nem haverá avaliação do mérito ou da justiça social relativos às mudanças nas regras previdenciárias dos países pesquisados.

1 - As Regras Previdenciárias ao Redor do Mundo

1.1. *Panorama geral*

Um primeiro aspecto bastante comum nas regras previdenciárias é a combinação de critérios de idade e tempo de contribuição, embora em alguns países com nível de proteção mais elevado e universalista exista

Andrea Velasco Rufato
Filipe Leite Peixoto
Pedro Mäder Gonçalves Coutinho
Rogerio Nagamine Costanzi

a possibilidade de concessão das aposentadorias de caráter não contributivo, por tempo de residência no país. As regras previdenciárias tentam conciliar tanto o princípio da equidade horizontal, em que o valor do benefício da aposentadoria é proporcional ao montante das contribuições feitas ao longo da vida do trabalhador, bem como o princípio da equidade vertical, em que as contribuições são feitas com base na capacidade de pagamento do indivíduo, ocorrendo, nesse caso, uma transferência indireta de recursos para os trabalhadores de baixa renda, característica típica de um regime solidário de repartição simples. O equilíbrio entre esses dois princípios não é tarefa fácil para os legisladores.

Nesse artigo foram analisadas as regras de concessão de aposentadoria de 27 países sendo 16 europeus, 5 asiáticos, 5 no continente americano, além da África do Sul (Quadro 1). Os dados apresentados baseiam-se, em sua grande maioria, nos documentos da OCDE – *Pensions at a Glance, 2011*, e no *Social Security Programs Throughout the World, 2010*, divulgado pela ISSA (International Security Association). Dessa forma, não necessariamente estão abrangidas eventuais alterações nas regras dos países pesquisados ocorridas após 2011. Além disso, não foram considerados sistemas de aposentadoria específicos para certos grupos de trabalhadores, como funcionários públicos e trabalhadores em condições especiais, bem como cabe reafirmar que as fontes de dados foram, portanto, indiretas e não a partir dos dados oficiais de cada um dos países.

A idade de aposentadoria é considerada aquela a partir da qual o indivíduo pode solicitar os benefícios integrais de aposentadoria. É um fator chave do sistema previdenciário e o elemento que mais causa controvérsias nas alterações das regras previdenciárias, pois impacta diretamente na vida das pessoas. Em alguns países é possível a aposentadoria antecipada, com ou sem reduções nos benefícios, levando-se em consideração o tempo de contribuição. Outros países não têm uma idade fixa de aposentadoria, mas um rol de idades com as quais o indivíduo pode se aposentar.

Estudos realizados nos países da OCDE revelam que na segunda metade do século XX houve redução na idade média de aposentadoria, ao mesmo tempo em que ocorreu o aumento da expectativa de vida da população. França e Luxemburgo, por exemplo, reduziram a idade de aposentadoria de 65 para 60 anos na década de 80. No mesmo período, Canadá e Noruega modificaram a idade, que era de 70 anos, para 68 e 65, respectivamente. Somente a partir de 1993 a idade de aposentadoria começa a aumentar por meio de alterações implantadas de forma gradual e por períodos mais longos. Atualmente, a idade média de aposentadoria nos países da OCDE é de 63 anos para homens e 61 anos para mulheres (OCDE, 2010).

Dentre os países analisados neste artigo, vários passaram por alterações recentes que elevaram a idade de aposentadoria, em geral de forma gradual. Na Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Estados Unidos e Coreia do Sul a idade é a mesma para ambos

os sexos e será gradualmente elevada. Já na Itália, Reino Unido e República Tcheca, onde há diferença nas idades para concessão de aposentadoria aos homens e às mulheres, a idade dos homens será mantida e a idade das mulheres será elevada para igualar-se à dos homens. Na Romênia, as idades de ambos os sexos serão elevadas, porém a idade para mulheres continuará menor. Apenas na África do Sul houve redução da idade de aposentadoria dos homens, igualando-se à idade das mulheres.

Outra tendência observada é a criação de políticas que estimulam o trabalhador a permanecer mais tempo no mercado de trabalho. Essas políticas envolvem aumento de restrições para aposentadoria antecipada e aumento de benefícios para aqueles que se aposentam mais tarde.

Dos 27 países analisados, seis não permitem aposentadoria antecipada (Holanda, Polônia, Reino Unido, China, Rússia e África do Sul). Já Dinamarca, República Tcheca, França, Grécia, Itália, Coreia do Sul e Espanha buscaram desestimular a aposentadoria antecipada, seja aumentando o tempo mínimo de contribuição necessário ou reduzindo o benefício.

Assim, percebe-se que as reformas previdenciárias são estruturadas com objetivo, não só de garantir o equilíbrio financeiro do sistema de aposentadorias, mas também possibilitar melhoria nos benefícios daqueles que se aposentam de forma mais tardia. Há um trade-off entre o nível de benefício e a idade de aposentadoria, ou seja, quanto mais tarde ocorrer a aposentadoria, melhores os benefícios que poderão ser oferecidos.

1.2. Reformas recentes

Espanha

Um exemplo das profundas alterações nas regras previdenciárias de vários países desenvolvidos, em especial na Europa, é o caso da Espanha. Na década de 80, um amplo acordo econômico e social promoveu importantes reformas: houve reforço do caráter proporcional das aposentadorias com respeito ao tempo de contribuição e a busca da universalização por meio de benefícios assistenciais.

A Espanha, como o Brasil, é um regime de repartição com um financiamento fortemente vinculado a folha de salários¹ e a despesa com seguridade social supera a casa dos 10% do PIB. Atualmente, a aposentadoria contributiva é de 65 anos com pelo menos 35 anos de contribuição para benefício integral ou 15 anos de contribuição para benefício parcial², incluindo pelo menos 2 anos de contribuição nos últimos 15 anos. Também é permitida aposentadoria para pessoas com 61 anos, desde que estejam desempregadas de forma involuntária, com pelo menos 30 anos de contribuições e registradas como “buscando emprego” por no mínimo 6 meses antes do requerimento da aposentadoria por idade.

Em função das dificuldades econômicas pelas quais a Espanha vem passando, foi estabelecido um novo acordo político e social pelo qual a idade de aposentadoria será elevada de forma gradual de 65 para 67 anos. De acordo com o texto aprovado em 2011, o trabalhador espanhol poderá aposentar-se aos 67 anos com benefício integral se tiver contribuído por pelo menos 37 anos. Já para se aposentar com apenas 65, terá que ter contribuído mais: 38 anos e 6 meses. A nova regra aprovada entra em vigor em 2013 progressivamente até atingir os números citados em 2027.

Alemanha

Com um dos sistemas de seguridade social mais consolidado do mundo, a Alemanha tem uma cobertura de proteção social de cerca de 90% da população, considerando também as políticas públicas de assistência social. Evidentemente, isso tem um custo: o país gastou com aposentadorias, em 2011, cerca de 10,7% de seu PIB, devido também ao fato de 20,5% da população ter mais de 65 anos. A média de gastos anuais com aposentadorias nos países membros da OCDE é de 7% do PIB.

Na Alemanha também ocorrerá um aumento da idade mínima para aposentadoria, que será elevada de 65

¹ Para as contingências comuns, há uma alíquota de 23,6% para o empregador e de 4,7% para o empregado, que resulta em 28,3%. Há tetos máximos e mínimos de incidência.

² Essa idade pode ser reduzida para 64 se o trabalhador estiver desempregado. Também é diminuída em casos de trabalhos perigosos ou insalubres.

para 67 anos, gradualmente, entre 2012 e 2029, para pessoas que nasceram antes de 1965. Para pessoas que nasceram depois de 1964, a idade de aposentadoria já é de 67 anos. Haverá a possibilidade de requerer o benefício integral aos 65 anos, mas com 45 anos de contribuição.

França

No caso da França, houve uma reforma do sistema previdenciário em 2010, em que a idade mínima para aposentadoria aumentaria de 60 para 62 anos, gradualmente, até 2018³. Em 2003 já havia sido feita uma reforma que aumentou o período mínimo de contribuição, com previsão de aumento gradual para 42 anos de contribuição até 2020. A França tem urgência na consolidação das reformas previdenciárias devido ao alto valor da despesa com os benefícios desse tipo. Por exemplo, em 2011, o país gastou 12,5% de seu PIB com aposentadorias em geral.

Reino Unido

No Reino Unido, a aposentadoria se dá com idade de 65 para homens e 60 para as mulheres, mas, no último caso, está subindo gradualmente para 65 até 2020, com 30 anos de contribuição. Com 16,6% da população acima dos 65 anos, o Reino Unido gastou 5,4% do PIB, em 2011, com aposentadorias e benefícios sociais, proporção abaixo da média dos países da OCDE, que é de 7% do PIB. Isso só é possível devido à alta proporção de adesão ao regime de previdência pública. Segundo o documento World Development Indicators 2012, 71,5% da população em idade ativa contribuíram à previdência em 2005.

Grécia

Assim como outros países europeus, a Grécia enfrenta o problema do ônus financeiro crescente do sistema previdenciário causado pelo envelhecimento da população e, no caso deste país, agravado por

aposentadorias antecipadas em massa. Para isso, em 2011 a Grécia aprovou um pacote de medidas de austeridade, com cortes na seguridade social no valor de USD 7,3 bilhões, a serem executados de 2011 até 2015. Entre as medidas aprovadas estão o aumento da idade de aposentadoria para as mulheres de 60 para 65 anos em 2013, igualando-se à dos homens, e o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral de 37 para 40 anos a partir de 2015. Também serão incluídas sanções para os casos de aposentadoria antecipada (redução de 6% no valor da aposentadoria por cada ano de aposentadoria antecipada), como forma de incentivo para que os trabalhadores mais velhos permaneçam na força de trabalho.

Itália

Na Itália, os gastos com aposentadorias para trabalhadores do setor privado e de funcionários públicos representam cerca de 14% do produto interno bruto (PIB), mais do que os de qualquer outro país membro da OCDE. Em 2010, o Parlamento aprovou alterações na previdência como parte de um plano de austeridade de € 54 bilhões. O plano prevê, entre outras medidas, o aumento gradual da idade de aposentadoria para as mulheres de 60 para 65 anos a partir de 2014 até 2026.

Dinamarca

Em 2006, a Dinamarca lançou uma política de aumento gradual na idade mínima de aposentadoria antecipada, de 60 para 62 anos até 2022, e o aumento da idade de aposentadoria integral de 65 para 67 anos até 2027. Em maio de 2011, o governo propôs aumento da idade de aposentadoria antecipada para 64 anos até 2023. Outras frentes de governo propuseram até mesmo o fim da aposentadoria antecipada. Dentro da tradição de alto nível de proteção dos países da região, a concessão de aposentadoria é possível mesmo sem contribuição, apenas com tempo de residência no país.

Ásia

Enquanto na maioria dos países desenvolvidos a idade média de aposentadoria é de 63 anos para homens e 61 anos para mulheres, no sudeste da Ásia, a idade média é de 59 anos para homens e 57 anos para mulheres. Apesar de nesses países a expectativa de vida ser mais

³ O governo estuda encurtar a fase de transição em um ano para que o déficit do sistema de aposentadorias seja reduzido mais rapidamente. Assim, a idade de 62 anos já estaria vigente em 2017, gerando uma economia de EUR 1,3 bilhão em 2016 e reduzindo o déficit para EUR 4,4 bilhões. Para mais informações ver: <http://www.issa.int/Observatory/Country-Profiles/Regions/Europe/France/Reforms/The-age-of-retirement-to-be-raised-more-rapidly>

baixa, ainda assim, o tempo de aposentadoria é de cerca de 2 anos (homens) e 3 anos (mulheres) maior que nos países desenvolvidos. Outros fatores como pensões relativamente altas e cobertura baixa ameaçam a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário do sudeste asiático.

Na China já se discutem algumas alterações previdenciárias, mesmo o sistema tendo sido revisado em 2006. A primeira lei nacional sobre seguro social data de 2010 e esta lei teve como principal objetivo unificar os esquemas de seguridade social existentes.

Na realidade, a China apresenta um sistema com dois pilares: um básico, que cobre os trabalhadores urbanos e cujo valor do benefício depende do rendimento médio na província; e outro que funciona com base em contas individuais, para os quais os empregados pagam 8% dos seus salários. O capital acumulado se transforma em um fluxo de pagamentos na época da aposentadoria, dividido por um fator que depende da idade da aposentadoria e média nacional de expectativa de vida. Recentemente vêm sendo implementados esquemas pilotos de aposentadoria rural, com uma contribuição de 55 yuan por mês por pessoa segurada.

Na Índia, discutem-se reformas previdenciárias para aumento da cobertura e melhoria na eficiência do sistema previdenciário.

África do Sul

Entre os países pesquisados, a África do Sul foi o único em que a idade mínima de aposentadoria diminuiu. Nesse país, o sistema previdenciário é universal e não contributivo. Por meio de uma reforma implementada em 2008, com objetivo de diminuir a pobreza, o governo baixou gradualmente a idade de aposentadoria dos homens de 65 para 60 anos, regra em vigor desde abril de 2010, igualando à idade de aposentadoria das mulheres⁴. O regime paga 2,2 milhões de benefícios a pessoas na África do Sul e, por isso, é fundamental para a sobrevivência da população de baixa renda. Devido aos altos índices de mortalidade entre os adultos decorrente de epidemias como AIDS e ao alto índice de desemprego no país, muitas famílias dependem da renda do aposentado. Nesse contexto, a aposentadoria é fundamental para a subsistência de parcela relevante da população.

Chile

O Chile, nos últimos trinta anos, realizou reformas profundas e permanentes em sua previdência. Inicialmente, em 1981, o país, promoveu uma mudança do regime de repartição simples para capitalização. A reforma chilena foi feita em um contexto

⁴ <http://www.issa.int/Observatory/Country-Profiles/Regions/Africa/South Africa/Reforms/Equal-access-to-old-age-grant>

PAÍS	REGRAS DE CONCESSÃO DA APOSENTADORIA - CONDICIONALIDADES	*PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM 65 ANOS OU MAIS
EUROPA		
Alemanha	67 anos com mínimo de 5 anos de contribuição (benefício parcial). Quanto maior o tempo de contribuição, maior o benefício. Ou 65 anos com mínimo de 45 anos de contribuição (benefício integral)	20%
Bélgica	65 anos e mínimo de 45 anos de contribuição.	17%
Dinamarca	65 anos de idade, com mínimo de 3 anos de residência no país, sendo 40 anos de residência para pensão integral. A idade irá aumentar para 67 anos entre 2024 e 2027.	16%
Eslováquia	Mínimo de 15 anos de contribuição. 62 anos de idade para homens. Para as mulheres a idade mínima de aposentadoria varia de acordo com o número de filhos, sendo 53 anos se a mulher teve mais de 5 filhos. Entre 2014 e 2024 a idade das mulheres aumentará gradualmente para 62 anos.	12%
Espanha	65 anos de idade e mínimo de 35 anos de contribuição para benefício integral, ou 15 anos de contribuição para benefício parcial, com pelo menos 2 anos de contribuição nos últimos 15 anos. Entre 2013 e 2027 a idade mínima passará para 67 anos de idade e 37 anos de contribuição progressivamente. Surgirá, alternativamente, a possibilidade de aposentadoria com 65 anos e 38,5 anos de contribuição.	17%
França	Em 2003 o período mínimo de contribuição aumentou de 37,5 para 40 anos e será elevado gradualmente até 42 anos até 2020. Em 2010, foi aprovada reforma que aumenta a idade mínima para 62 anos até 2018.	17%
Grécia	A idade para aposentadoria depende do tempo de contribuição. Com o mínimo de 4.500 dias de contribuição, a aposentadoria ocorre para 65 anos (homem) e 60 anos (mulher); A partir de 2013 a idade da mulher iguala-se à do homem (65 anos). Contudo, com 37 anos de contribuição não há idade mínima.	18%

que tinha duas características singulares: o regime político, sob o governo fechado do Pinochet, e a situação fiscal, que estava em um momento de austeridade e equilíbrio. Isso gerou um déficit, devidamente previsto, de transição, uma vez que o Estado perdeu a receita – que foi para os novos fundos, mas continuou responsável pela despesa dos aposentados, despesa que tende a se extinguir no longo prazo. Contudo, a medida acabou resultando em redução da cobertura, dada as limitações de capacidade contributiva dos trabalhadores, e também em dificuldade de acumulação necessária para financiar uma aposentadoria mínima por parte de parcela relevante dos trabalhadores.

Segundo o Senado Federal (Meiriane, 2011, p. 39-40) “O caso chileno é interessante porque, por muitos anos, foi citado como exemplo a ser seguido, já que seu vigoroso crescimento era atribuído ao aumento da poupança gerado pela radical reforma empreendida. Se isso é verdade, não é menos verdadeiro que, entre 1990 e 2003, a cobertura dos benefícios contributivos chilenos diminuiu enquanto a dos assistenciais aumentou, apontando que a reforma implantada havia dificultado o acesso aos primeiros. A comprovação é que, após 30 anos de reforma da previdência social, os chilenos se depararam com um fato desconcertante: muitos cidadãos, os que constituem a base da pirâmide social, chegaram à idade de aposentadoria sem nenhuma poupança acumulada”.

Por essa razão, houve nova alteração em 2008, quando o Chile criou uma pensão básica para maiores de 65 anos de idade que nunca contribuíram para a previdência, ou cujas contribuições não eram suficientes para que tivessem direito a pensão. A nova lei também introduziu o pagamento de um valor adicional na aposentadoria de mulheres acima de 65 anos que tiveram um ou mais filhos. Essas medidas buscam combater a pobreza entre a população idosa.

Além dos países mencionados acima, outros países implementaram alterações recentes para aumentar a idade de aposentadoria no longo prazo, como Estados Unidos, República Tcheca e Coreia do Sul conforme descrito no quadro abaixo. Além dos casos descritos, na Austrália, a idade de pensão é de 65 para homens e 63,5 para mulheres, mas irá subir gradualmente para 65 em 2014. A partir de 2017, a idade será aumentada em 6 meses a cada 2 anos até atingir 67 em 2023. Na Áustria, a idade de aposentadoria é de 65 anos para homens e 60 para mulheres, mas no último caso irá subir para 65 até 2033.

Também há países na América Latina e no Caribe que estão aumentando a idade. Na Jamaica a aposentadoria se dá aos 65 anos para homens e 60 para mulheres, mas no último caso a idade está se elevando para 65 até 2016. Na Colômbia, a idade de aposentadoria está subindo para 62 e 57, respectivamente, para homens e para mulheres, até 2014, ambos com 1.200 semanas de contribuição (cerca de 23 anos). Cabe chamar atenção que nesses países não há aposentadoria por tempo de contribuição.

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER ¹		EXPECTATIVA DE SOBREVIVÊNCIA AOS 60 ANOS DE IDADE		OUTRAS OBSERVAÇÕES
MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	
83	78	25	22	Existe a aposentadoria antecipada a partir dos 63 anos, e mínimo de 35 anos de contribuição e com valor do benefício reduzido.
83	77	25	21	Existe a possibilidade de aposentadoria antecipada aos 60 anos, e mínimo de 35 anos de contribuição.
81	77	24	21	Há possibilidade de aposentadoria antecipada, com valor do benefício reduzido, a partir dos 60 anos de idade. Essa idade aumentará para 62 anos até 2022.
80	72	22	17	Há possibilidade de aposentadoria antecipada, com valor do benefício reduzido, a partir dos 60 anos de idade e 15 anos de contribuição.
85	79	27	22	O trabalhador pode se aposentar aos 64 anos se seu emprego for ocupado por pessoa registrada como desempregada. Pessoas desempregadas com mínimo de 61 anos de idade e 30 anos de contribuição podem solicitar aposentadoria antecipada.
85	78	27	22	A aposentadoria antecipada sem redução do benefício é possível com 41 anos de contribuição. Para aqueles que não atingiram o tempo mínimo, a aposentadoria é possível a partir dos 60 anos de idade com redução proporcional no benefício.
83	78	25	22	Aposentadoria integral em qualquer idade com mínimo de 11.100 dias de contribuição (37 anos); A partir de 2015 o tempo mínimo de contribuição passará a ser de 40 anos. Há possibilidade de aposentadoria antecipada com mínimo de 60 anos de idade e 15 anos de contribuição, porém, com redução de 6% no valor do benefício por cada ano de antecipação.

PAÍS	REGRAS DE CONCESSÃO DA APOSENTADORIA - CONDICIONALIDADES	*PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM 65 ANOS OU MAIS
Holanda	É necessário ter 65 anos de idade, ter residido no país dos 15 aos 65 anos; se houver renda, o segurado deve ter pago as contribuições a cada ano entre as idades de 15 e 65 anos. Todos residentes são elegíveis ao benefício. Há também um sistema de pensão privado de caráter complementar com ampla cobertura.	16%
Itália	65 anos para homens e 60 anos para mulheres com 20 anos de contribuição. Haverá aumento gradual da idade de aposentadoria para as mulheres de 60 para 65 anos a partir de 2014 até 2026	20%
Noruega	Aposentadoria universal aos 67 anos, sendo exigidos no mínimo 3 anos de residência entre as idades de 17 e 67 anos. A aposentadoria integral é garantida para pessoas com 40 anos de residência, sendo o benefício reduzido proporcionalmente ao tempo de residência.	15%
Polônia	65 anos de idade e mínimo de 25 anos de cobertura para homens e 60 anos de idade e mínimo de 20 anos de cobertura para mulheres.	13%
Portugal	65 anos de idade e mínimo 15 anos de contribuição.	18%
Reino Unido	60 anos para mulheres e 65 anos para homens com 30 anos de contribuição. Entre 2010 e 2020 a idade para mulheres aumentará para 65 anos. Entre 2024 e 2028 a idade para ambos aumentará para 66 anos. Entre 2034 e 2036 aumentará para 67 anos. Entre 2044 e 2046 aumentará para 68 anos.	16%
República Tcheca	62 anos e 2 meses (homem) e 60 anos e 8 meses (mulher), ambos com 26 anos de contribuição, ou 65 anos (homens e mulheres) com pelo menos 15 anos de cobertura. A idade mínima e o período de cobertura exigido aumentarão gradualmente para 65 anos de idade (homens) e 62-65 (mulheres, dependendo do número de filhos) e 35 anos de contribuição até 2030.	15%
Romênia	63 anos e 9 meses de idade com mínimo 12 anos e 6 meses de contribuição se homem e 58 anos e 9 meses de idade com mínimo de 12 anos e 6 meses de contribuição se mulher. A aposentadoria integral é condicionada a 32 anos e 6 meses de contribuição (homem) ou 27 anos e 6 meses (mulher). Até 2015 as idades para aposentadoria aumentarão para 65 anos (homem) e 60 anos (mulher) com 15 anos de contribuição, e o tempo de contribuição para aposentadoria integral aumentará para 35 anos (homem) e 30 anos (mulher).	15%
Rússia	Homens, 60 anos; mulheres, 55 anos; com pelo menos 5 anos de contribuição.	13%
Suécia	A idade de aposentadoria é flexível, começando aos 61 anos de idade. A pensão é baseada nos ganhos informados ao sistema.	18%
ÁSIA		
China	60 anos (homens), 60 (mulheres empregadas), 55 (autônomas assalariadas), ou 50 (demais mulheres). O segurado deve ter pelo menos 15 anos de cobertura.	8%
Coreia do Sul	60 anos de idade com no mínimo 20 anos de contribuição. A idade mínima aumentará gradualmente para 65 anos até 2033.	11%
Índia	58 anos e mínimo 10 anos de contribuição. Há uma aposentadoria parcial para pessoas com 58 anos, mas com menos de 10 anos de contribuição.	5%
Japão	Aposentadoria básica: 65 anos de idade, com pelo menos 25 anos de contribuição, sendo 40 anos de contribuição para aposentadoria integral.	22%
AMÉRICAS		
Argentina	65 (homens) ou 60 anos (mulheres), com pelo menos 30 anos de contribuição. Mulheres podem se aposentar aos 65 anos com um benefício de maior valor.	10%
Canadá	65 anos de idade, com pelo menos 10 anos de residência no Canadá, após os 18 anos. Há diferenças regionais nos critérios de aposentadoria.	
Chile	65 anos de idade (homens) ou 60 anos (mulheres)	9%
Estados Unidos	Idade 66 (67 em 2022) com pelo menos 40 trimestres (10 anos) de cobertura.	13%
México	65 anos de idade, com pelo menos 1.250 semanas (aproximadamente 24 anos) de contribuição.	6%
ÁFRICA		
África do Sul	60 anos de idade para homens e mulheres.	4%

Fonte: Associação Internacional de Seguridade Social - ISSA (2010), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2011)¹Foram desconsideradas as casas decimais

¹ OCDE - Pensions at a Glance, 2011; ISSA - Social Security Programs Throughout the World, 2010. Alterações posteriores à atualização desses bancos de dados podem não estar abrangidas neste documento.

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER ¹		EXPECTATIVA DE SOBREVIVÊNCIA AOS 60 ANOS DE IDADE		OUTRAS OBSERVAÇÕES
MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	
83	79	25	22	Em 2005 a aposentadoria antecipada foi abolida.
85	79	26	22	Há possibilidade de aposentadoria por tempo de serviço com idade mínima de 59 anos (aumentando para 61 em 2013) e com a soma de idade e tempo de contribuição de no mínimo 95 anos (aumento gradual pra 97 até 2013).
83	79	26	22	Foi introduzido um sistema flexível de aposentadoria para pessoas com idade entre 62 e 75 anos de idade, baseado na neutralidade atuarial.
81	72	23	18	Não há aposentadoria antecipada, desde a reforma que ocorreu em 1999.
83	77	25	21	A aposentadoria antecipada é possível a partir dos 55 anos, com 30 anos de contribuição. Há possibilidade de se aposentar aos 62 anos se desempregado e não estiver apto a receber os benefícios do seguro-desemprego.
82	78	25	22	Não há aposentadoria antecipada.
81	75	23	19	A aposentadoria antecipada pode ser solicitada a partir dos 60 anos com 25 anos de cobertura. O período mínimo de contribuição aumentará para 35 anos até 2030. A partir de 2010 aumentou-se a porcentagem de redução do benefício por cada ano de antecipação.
78	71	22	17	A aposentadoria antecipada: pode ser solicitada a partir de 5 anos antes da idade de aposentadoria normal se o número de contribuições pagas for de pelo menos 10 anos a mais que o mínimo necessário para aposentadoria integral. Também há possibilidade de aposentadoria parcial antecipada, que pode ser solicitada a partir de 5 anos antes da aposentadoria normal se o segurado tiver pago mais contribuições que o mínimo necessário para aposentadoria integral.
75	63	21	15	Não há aposentadoria antecipada.
84	80	26	22	
76	72	21	18	Aposentadoria antecipada só é concedida em caso de invalidez e para o empregado engajado em trabalho físico.
84	77	26	21	Há possibilidade de aposentadoria antecipada a partir de 55 anos, com valor reduzido. Essa idade aumentará gradualmente para 60 anos até 2033.
68	64	18	16	É possível aposentadoria antecipada a partir 50 anos com pensão reduzida, nesse caso é obrigatório deixar o emprego.
87	80	29	23	Há possibilidade de aposentadoria antecipada entre 60 e 65 anos de idade e mínimo de 25 anos de contribuição. Nesse caso, o benefício é reduzido em 0,5% por mês de antecipação.
80	72	24	19	Houve duas reformas nas últimas décadas: uma que mudou o regime para capitalização e outra mais recente que "desfez" a reforma anterior.
83	79	26	22	Há possibilidade de aposentadoria antecipada aos 60 anos, com redução de 6% no valor da aposentadoria por ano de antecipação, desconto que irá crescer no período de 2012 a 2016..
82	76	25	21	Há possibilidade de aposentadoria antecipada sem limite de idade, desde que o capital acumulado pelo segurado na conta de aposentadoria seja suficiente para o pagamento de uma pensão, de acordo com os limites estabelecidos.
81	76	25	22	Há possibilidade de aposentadoria antecipada a partir de 62 anos de idade. O benefício é reduzido em 6,75% a cada ano de antecipação. Após três anos a redução cai para 5%.
80	75	23	21	Há possibilidade de aposentadoria antecipada aos 60 anos ou mais, com pelo menos 1.250 semanas de contribuição. Além disso, o segurado pode se aposentar com qualquer idade se o capital acumulado em sua conta permitir a compra de uma anuidade que seja pelo menos 30% superior à pensão mínima garantida. Nesse caso, o segurado não precisa completar as 1.250 semanas de contribuição.
54	53	18	14	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada.

2 – Considerações finais

Neste artigo algumas tendências puderam ser observadas:

1) Há uma tendência entre os países desenvolvidos de aumento da idade mínima para obter a aposentadoria integral, bem como busca para manter o trabalhador mais tempo no mercado de trabalho, como forma de adaptação à evolução demográfica em curso. Na maioria desses países, as alterações das regras previdenciárias já estão sendo implementadas de forma gradual. Essas tendências decorrem da combinação pouco favorável de envelhecimento populacional e crise econômica e fiscal.

2) O aumento da expectativa de vida é um avanço percebido no mundo todo, por isso a necessidade de mudanças para melhorar a proteção social e garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo. Em que pese o aumento do rigor, nos últimos anos, sobre as regras previdenciárias nos países desenvolvidos, o valor bruto dos benefícios de aposentadoria nesses países é, na média, maior do que o dos países em desenvolvimento, cujas regras para pleitear o início da aposentadoria tendem a ser mais brandas.

3) De modo geral, obviamente, as aposentadorias são fundamentais para reduzir ou prevenir a pobreza, principalmente entre os idosos, mas tal papel ganha ainda mais importância nos países em desenvolvimento.

4) Do ponto de vista das regras de concessão da aposentadoria, nota-se que o padrão mais comum é aquele que combina idade e tempo de contribuição. Há, na grande maioria dos países, a possibilidade de antecipação da idade, mas quase sempre com valor do benefício menor. A forma como o benefício é reduzido, entretanto, varia muito de país para país (é comum um desconto para cada ano de antecipação permitido até um limite mínimo de idade), bem como pode haver condicionalidades em termos de maior tempo de contribuição que na idade “normal” ou a antecipação estar condicionada a situação de desemprego. Por fim, cabe terminar deixando claro que o objetivo do presente artigo foi dar uma descrição geral

das regras de aposentadoria em vários países do mundo, sem qualquer análise ou julgamento a respeito da qualidade das referidas regras, bem como das mudanças que estão ocorrendo. Portanto, o presente artigo tem um caráter puramente descritivo e nenhum caráter de recomendação. De qualquer forma, de modo geral, foi mostrado que a seguridade social é um tema de grande relevância no mundo todo e tem recebido bastante atenção da sociedade. Também se notou que as regras são muito distintas entre os diferentes países, não havendo um único modelo a ser aplicado. O contexto local, as singularidades de cada país e a própria evolução histórica, inclusive econômica, são cruciais para determinar o caminho da previdência. Nesse contexto, cada país deve buscar a sua forma e, com base em suas condições e peculiaridades, o caminho para estruturar um sistema que garanta o máximo de proteção social de forma sustentável.

AUTORES

Andrea Velasco Rufato

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal, bacharel em Relações Internacionais – PUC-MG e especialista em Gestão Estratégica – UFMG. Atualmente em exercício na Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.

Filipe Leite Peixoto

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal, em exercício na Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.

Pedro Mäder Gonçalves Coutinho

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal, em exercício na Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.

Rogerio Nagamine Costanzi

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal e mestre em Economia IPE-USP. O autor teve passagens pelo Ministério do Trabalho e Emprego (assessor especial do ministro e coordenador-geral de Emprego e Renda), Ministério da Previdência Social (assessor especial do ministro, coordenador-geral de Estudos Previdenciários e atualmente diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social), Ministério do Desenvolvimento Social (coordenador-geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro Único), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e IPEA.

Referências Bibliográficas no site: www.previdencia.gov.br

Horário de atendimento do 135:
de segunda a sábado, das 7h às 22h.
A ligação é gratuita de telefones fixos e públicos.



135 é o número da Previdência Social.

Ligue para tirar dúvidas, agendar seu atendimento, fazer sua inscrição e muito mais.





Alfaca Crespa	1.99
Alecrim	3.99
Brócolis	3.99

Chicória	1.99
Coentro	2.49
Cebolete	4.99

**Formalizar-se não custa nada e
você ainda sai ganhando muito.**

Se você trabalha informalmente
e fatura no máximo R\$ 60.000 por ano, chegou a hora
de legalizar seu negócio e garantir os seus direitos.

Acesse www.portaldoempreendedor.gov.br



Ministério da
Fazenda

Ministério da
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

Ministério da
Previdência Social

